

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto

Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Administração
no Brasil: panorama segundo o Sistema de Avaliação da
CAPES.

Autora: Jéssica Cinati Sundfeld

Orientador: Professor Doutor Erasmo José Gomes

Trabalho de Conclusão do Curso de Administração

2012

Jéssica Cinati Sundfeld

Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Administração no
Brasil: Panorama segundo o Sistema de Avaliação da CAPES.

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao departamento de
Administração da Faculdade de
Economia, Administração e
Contabilidade da Universidade de São
Paulo como parte dos requisitos para
obtenção de título de Bacharel em
Administração.

ORIENTADOR: Professor Doutor Erasmo José Gomes

Ribeirão Preto

2012

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

Sundfeld, Jéssica Cinati

Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Administração no Brasil: Panorama segundo o Sistema de Avaliação da CAPES. Ribeirão Preto, 2012.

71p. : il. ; 30 cm

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP.

Orientador: Gomes, Erasmo José

1. Pós-Graduação. 2. Pós-Graduação - Avaliação. 3. CAPES. 4. Programas de pós-graduação *stricto sensu* em Administração

RESUMO

SUNDFELD, J. C. Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Administração no Brasil: Panorama segundo o Sistema de Avaliação da CAPES. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012.

Os programas de pós-graduação em administração no Brasil vêm evoluindo ao longo dos anos e tem se mostrado essenciais para a formação de profissionais e para o desenvolvimento econômico, social e tecnológico do país. Este estudo teve como principal objetivo caracterizar os programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração no Brasil, segundo os indicadores do Sistema de avaliação da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Para tanto, foi realizada uma análise das fichas de avaliação do período 2007-2009 contidas na CAPES de todos os programas de pós-graduação em administração. Nessas fichas há informações básicas de cada programa (instituição de ensino que oferece o programa; tipo de programa – mestrado e doutorado, mestrado, doutorado e mestrado profissional; ano de início; critérios de avaliação para a área de Administração; e conceitos obtidos por cada programa). A partir dessas informações, foi possível identificar a quantidade de programas que existem atualmente no Brasil, qual é a distribuição regional desses programas e qual o vínculo administrativo. Além disso, foi identificada a nota de cada um dos programas e o desempenho de cada critério de avaliação. Os resultados mostraram que há 84 programas de pós-graduação *stricto-sensu* em administração no Brasil e uma concentração desses programas na região sudeste e em instituições privadas.

ABSTRACT

SUNDFELD, J. C. Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Administração no Brasil: Panorama segundo o Sistema de Avaliação da CAPES. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012.

The graduate programs in business administration in Brazil have evolved over the years and have been essential to the training of professionals and to the economic, social and technological development of the country. This study aimed to characterize *strict sensu* programs graduate in administration in Brazil, according to the indicators of the evaluation system of CAPES - Coordination of Improvement of Higher Education Personnel. Therefore, we performed an analysis of the evaluation sheets contained in the system of CAPES of the period 2007-2009. In these evaluation sheets there are basic information about each program (educational institution that offers the program, type of program - masters and doctoral, master's, doctoral and professional master; year beginning; evaluation criteria for the Administration area, and concepts gotten from each program). From this information, it was possible to identify the amount of programs that currently exist in Brazil, which is the regional distribution of these programs and what is administrative dependence. Moreover, was identified the grade for each of the programs and the performance of each evaluation criterion. The results showed that there are 84 graduate programs *stricto sensu* in administration in Brazil and a concentration of such programs in the Southeast and in private institutions.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quantitativo de programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> em administração no Brasil	31
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de cursos em atividade	10
Tabela 2: Número de cursos segundo a grande área – mestrado, mestrado profissional e doutorado.....	11
Tabela 3: Número de cursos em atividade segundo a dependência administrativa – 2009	11
Tabela 4: Distribuição regional dos cursos de mestrado, mestrado profissional e doutorado – 2009.....	12
Tabela 5: Ano de início dos Programas de Administração	14
Tabela 6: Pesos dos Critérios de Avaliação nas áreas da grande área de Ciências Sociais Aplicadas	23
Tabela 7: Critérios de Avaliação da CAPES para a área de Administração	24

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Porcentagem de Programas <i>Stricto-Sensu</i> em Administração.....	36
Gráfico 2: Dependência administrativa de IES brasileiras com programas de pós graduação em administração avaliados pela CAPES	36
Gráfico 3: Programas de pós-graduação, segundo as regiões brasileiras.....	37
Gráfico 4: Quantidade de programas, segundo as notas.	37
Gráfico 5: Tipo de Programa, segundo as notas.	38
Gráfico 6: Frequência de notas, segundo regiões brasileiras	38
Gráfico 7: Número de IES com programas de pós-graduação em administração avaliados pela CAPES por regiões brasileiras, segundo dependência administrativa.....	39
Gráfico 8: Relação da dependência administrativa e as notas.....	40
Gráfico 9: Critérios de avaliação da CAPES, segundo os conceitos	41

LISTA DE SIGLAS

- ALFA** – Faculdade Alves Faria
- ESPM** – Escola Superior de Propaganda e Marketing
- FACCAMP** – Faculdade Campo Limpo Paulista / SP
- FEAD** – Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais
- FEI** – Centro Universitário da Fundação Educacional Inaciana
- FGV/RJ** – Fundação Getúlio Vargas / Rio de Janeiro
- FGV/SP** – Fundação Getúlio Vargas / São Paulo
- FJP** – Fundação João Pinheiro (Escola de Governo)/Minas Gerais
- FNH** – Faculdade Novos Horizontes/MG
- FPL** – Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo/MG
- FUCAPE** – Fundação Instituto Capixaba de Pesq. Em Con. Econ. E Finanças/ES
- FUFSE** – Fundação Universidade Federal de Sergipe
- FUMEC** – Universidade FUMEC/MG
- FURB** – Universidade Regional de Blumenau/SC
- IBMEC** – Faculdade de Economia e Finanças do IBMEC/RJ
- INSPER** – Instituto de Ensino e Pesquisa/SP
- PUC/MG** – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
- PUC/PR** – Pontifícia Universidade Católica do Paraná
- PUC/RJ** – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
- PUC/RS** – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
- PUC/SP** – Pontifícia Universidade Católica do São Paulo
- UCS** – Universidade de Caxias do Sul/RS
- UDESC** – Universidade do Estado de Santa Catarina
- UECE** – Universidade Estadual do Ceará
- UEL** – Universidade Estadual de Londrina
- UEM** – Universidade Estadual de Maringá

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFLA – Universidade Federal de Lavras

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria/RS

UFPB/JP – Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFU – Universidade Federal de Uberlândia/MG

UFV – Universidade Federal de Viçosa/MG

UNA – Centro Universitário UNA (União de Negócios e Administração Ltda) /MG

UMESP – Universidade Metodista de São Paulo

UNAMA – Universidade da Amazônia

UNB – Universidade de Brasília

UNESA – Universidade Estácio de Sá/RJ

UNIFACS – Universidade Salvador/BA

UNIFECAP – Centro Universitário FECAP/SP

UNIFOR – Universidade de Fortaleza/CE

UNIGRANRIO – Universidade do Grande Rio – Prof Jose de Souza Herdy/RJ

UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba

UNINOVE – Universidade Nove de Julho/SP

UNIR – Universidade Federal de Rondônia

UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina

UNIP – Universidade Paulista

UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí/SC

UNP – Universidade Potiguar/RN

UPM – Universidade Presbiteriana Mackenzie/SP

USCS – Universidade Municipal de São Caetano do Sul/SP

USP – Universidade de São Paulo

USP/RB – Universidade de São Paulo/Ribeirão Preto

UP – Universidade Positivo/PR

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 CONTEXTO.....	1
1.2 JUSTIFICATIVA.....	2
1.3 PROBLEMA DE PESQUISA	3
1.4 OBJETIVOS	3
2. REVISÃO DA LITERATURA	4
2.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL	4
2.1.1 Planos Nacionais de Pós-Graduação.....	8
2.2 QUADRO GERAL DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL	10
2.3 A PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO	13
2.4 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA CAPES	17
2.4.1 Importância da Avaliação	17
2.4.2 Processo de Avaliação adotado pela CAPES	19
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	27
3.2 COLETA DE DADOS DE FONTE PRIMÁRIA	30
3.2.1 Breve descrição da fonte primária de dados utilizada.....	30
3.3 TABULAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	32
3.3.1 Unidade de Análise: Programas de pós-graduação.....	32
3.3.2 Unidade de Análise: programas de mestrado	32
3.3.3 Unidade de Análise: programas de doutorado.....	33
3.3.4 Unidade de Análise: programas de mestrado profissional	33
3.3.5 Unidade de Análise: programas de mestrado e doutorado	34
3.3.6 Unidade de análise: avaliação dos programas por IES	34
3.3.7 Resultados obtidos	34
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	36
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
5.1 LIMITAÇÕES DO TRABALHO	43
5.2 DESENVOLVIMENTOS FUTUROS	44
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45
APÊNDICE A– DADOS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO-SENSU EM ADMINISTRAÇÃO	50
ANEXO A - LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.....	61

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTO

O sistema de pós-graduação no Brasil possui reconhecimento nacional e internacional devido ao formato e à seriedade das políticas públicas voltadas para a pós-graduação (SANTOS; AZEVEDO, 2009). “A pós-graduação se constitui em uma das bases do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, considerado a mola propulsora do desenvolvimento brasileiro” (MOROSINI, 2009).

Da perspectiva histórica, segundo Romêo, Romêo e Jorge (2004), a persistência de alguns pesquisadores, que tinham contato com instituições e grupos de pesquisas internacionais, foi um dos fatores que permitiram à formação das gerações futuras que fizeram surgir a pós-graduação no Brasil. A pós-graduação, de maneira geral, tem contribuído para o conhecimento dos problemas recentes e para a qualificação dos profissionais nas áreas de pesquisa, ensino e gestão, consolidando o quadro de recursos humanos e construindo um retrato mais fiel da realidade (SEVERINO, 2006 apud SANTOS; SILVA, 2009).

De acordo com Santos e Azevedo (2009), devido à importância desse sistema de pós-graduação, ele é marcado por um processo de reconhecimento de programas e de avaliação. O governo tem buscado impulsionar a pós-graduação desde 1970, através de formulação e divulgação de documentos de planejamento.

De acordo com Romêo, Romêo e Jorge (2004), a participação da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) foi muito importante no processo de institucionalização e regulamentação da pós-graduação no Brasil. A CAPES aumentou sua contribuição em 1982, deixando de ser um órgão distribuidor de bolsas, e assumiu a função de agência fomentadora de programas de pós-graduação. Muitas vezes, a história da Capes se confunde com a história da pós-graduação brasileira.

A Capes avalia o desempenho do sistema de pós-graduação desde 1976, e essa experiência é considerada um grande avanço em sistemas de avaliação educacional, contribuindo para o desenvolvimento da história da avaliação institucional (MOREIRA et al., 2011).

Segundo Gracelli e Castro (1985, p. 199 apud Cunha; Cornachione; Martins, 2008), apesar de a pós-graduação no Brasil ter começado muito tarde em relação aos EUA e aos países europeus, seu ritmo de crescimento foi muito alto em relação aos outros níveis de ensino no País. Dessa maneira, os autores detectaram três motivos para essa velocidade: a institucionalização da pós-graduação e posteriores medidas institucionais para aprimoramento; expansão do ensino superior; e incentivo financeiro.

1.2 JUSTIFICATIVA

Observa-se, ao longo das últimas décadas, no Brasil um expressivo crescimento na oferta de cursos de pós-graduação em todas as áreas. Segundo CAPES (2010), em 1980, esse número era de 940 cursos; em 1990 passou para 1.462; em 2000, para 2.621 e; em 2010, para 4.757. Ou seja, de 1980 a 2010, verifica-se um aumento de 407% na oferta de cursos de pós-graduação no país. A área de ciências sociais aplicadas, que contempla os programas de administração, acompanhou essa mesma tendência ascendente. Os cursos de mestrado e doutorado nessa área passaram de 119 em 1996 para 318 em 2004. Em 2006 totalizavam 463 (CAPES, 2010). Ou seja, registraram um aumento de 289% no período compreendido entre 1996 e 2006.

Por outro lado, desde 1976 a CAPES tem implantado uma sistemática de avaliação da pós-graduação que tem sido utilizada como parâmetro de aferição da qualidade e excelência dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. A partir de 1998, o processo de avaliação passou a atribuir conceitos aos programas e não mais aos cursos individualmente. De acordo com CAPES (2010, p. 125),

[...] no período de 1976-1997, vigorou na classificação a escala conceitual alfabética de A a E, sendo considerados cursos de padrão internacional aqueles contemplados com o conceito A. A partir de 1997, passou a vigorar a escala numérica de 1 a 7; sendo considerados cursos de padrão internacional aqueles classificados com os conceitos 6 e 7, os cursos 7 ocupando o topo do sistema.

Diante do quadro acima descrito, caracterizado pela crescente oferta de cursos de pós-graduação no Brasil, o presente trabalho procurou traçar um panorama acerca dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração, com base nos indicadores produzidos pela avaliação da CAPES no triênio 2007-2009.

O sistema de avaliação da CAPES define caminhos para o desenvolvimento e progresso da pós-graduação, além de contribuir para a melhoria da gestão. Portanto, é relevante estudar os programas segundo o sistema de avaliação proposto pela CAPES.

1.3 PROBLEMA DE PESQUISA

A presente pesquisa pretendeu responder as seguintes questões relacionadas aos programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração:

- Quantos e quais são os programas ativos que existem atualmente no Brasil?
- Qual é a distribuição regional desses programas e o vínculo administrativo das instituições que os mantêm?
- Qual é a situação atual desses programas, segundo os indicadores do sistema de avaliação da CAPES para o triênio 2007-2009?
- Quais são os programas com as notas mais baixas e as notas mais altas?
- Qual é a nota da maioria dos programas? Quais são suas características?
- Quais indicadores são produzidos pelo sistema de avaliação da CAPES apresentam desempenho mais e menos satisfatórios nos programas?

1.4 OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho foi caracterizar os programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração no Brasil, com base em indicadores selecionados, produzidos pelo sistema de avaliação da CAPES, referentes ao triênio 2007-2009.

Os objetivos específicos são:

- Estudar a CAPES e seu papel no âmbito da pós-graduação;
- Apresentar os principais aspectos relacionados à sistemática de avaliação da pós-graduação da CAPES;
- Estudar os critérios utilizados pela CAPES para avaliação dos programas;
- Caracterizar os programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração segundo o sistema de avaliação da CAPES, utilizando indicadores selecionados do triênio 2007-2009.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

Segundo Santos (2003), a história da pós-graduação pode ser vista sob diversas perspectivas. Em 1930, o então Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos propunha a implantação de uma pós-graduação nos moldes europeus, mas foi em 1940 que o termo pós-graduação foi usado formalmente no artigo 71 no Estatuto da Universidade do Brasil. Na década de 50 houve os primeiros acordos com os Estados Unidos a fim de estabelecer convênios entre universidades norte-americanas e brasileiras por meio de intercâmbios.

Portanto, as duas influências mais fortes que marcaram a pós-graduação brasileira foram a européia (principalmente na USP), e a norte americana (ITA, UFRJ, UFV). A influência norte-americana deu-se, principalmente, na estrutura do sistema de pós-graduação. Já a influência européia, refere-se aos critérios de avaliação. Um fator que contribuiu para orientação da pós-graduação brasileira ao modelo norte-americano foi a tradição dos Estados Unidos em cursos de pós-graduação (SANTOS, 2003).

Em 1951 foi criado o Conselho Nacional de Pesquisa, CNPq, e a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, atual Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Ambos são marcos fundamentais da institucionalização da pesquisa no Brasil (ROMÊO; ROMÊO; JORGE, 2004).

Ainda, segundo esses autores, o CNPq é fruto do encontro de interesses públicos e privados, e tem como objetivos: fomentar as atividades na área de energia nuclear e pesquisa em geral; capacitar científica e tecnologicamente os profissionais através da concessão de bolsas de estudo; melhorar as condições do trabalho científico no país. Aos poucos, outros órgãos foram se agregando ao Conselho, e novos foram sendo criados em sua função.

Já a Capes, tinha o objetivo de formar pessoal de alto nível em todas as áreas do conhecimento e contribuiu na institucionalização e regulamentação da pós-graduação no Brasil. A Capes, atualmente, é uma agência fomentadora de pesquisa, executa os Planos Nacionais de Pós-Graduação e auxilia no desenvolvimento dos programas de pós-graduação em todos os estados do país, além de ter mudado seu nome. Atualmente se

chama Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (ROMÊO; ROMÊO; JORGE, 2004). “O desempenho da pós-graduação está ligado a uma integração da comunidade acadêmica nacional, comunidade científica internacional, CAPES e CNPq” (CAPES, 2004).

A pós-graduação se tornou questão de interesse nacional em 1965 com o Parecer 977/65 do Conselho Federal de Educação, que estabelecia os programas no modelo norte-americano e determinava suas funções, objetivos e critérios de funcionamento. Foi adotada uma estrutura norte-americana de pós-graduação que por alguns especialistas foi criticada devido às diferenças existentes entre o nosso modelo universitário e o dos Estados Unidos, porém, não foi adotado o mesmo modelo em termos de exigência (SANTOS, 2003).

Através desse Parecer, conhecido como *Parecer Sucupira*, o formato da pós-graduação foi estabelecido, diferenciando os níveis de formação em mestrado e doutorado, além de determinar o mestrado como um requisito para o doutorado (MOROSINI, 2009). Além disso, o Parecer projetou o Sistema Nacional de Pós-Graduação Brasileira (SNPG). Esse sistema é a base da formação de especialistas nas áreas científicas e tecnológicas, e foi criado com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento do País. Sua política é impulsionar os sistemas de inovação e aumentar a capacidade produtiva do Brasil (MOREIRA; VELHO, 2008).

Segundo Romêo, Romêo e Jorge (2004), Sucupira, no Parecer de 1965, reconhece a preocupação legal em atribuir status especial à pós-graduação, distinguindo-a dos cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão. Foi em 1968 que a pós-graduação foi formalmente instituída a partir da reforma do ensino superior pela Lei nº. 5.540/68 (Lei de Reforma Universitária, complementando e redimensionando as disposições da Lei de Diretrizes Bases da Educação (LDB, Lei nº. 4.024/61). Percebe-se, sobretudo depois dos anos 1960, que as políticas de pós-graduação guardam a preocupação com o compromisso de desenvolver o País. A pós-graduação brasileira foi criada com o intuito de qualificar os recursos humanos e produzir conhecimento científico e tecnológico para expansão industrial do país.

Em 1970, os programas de pós-graduação foram definidos como privilégios das políticas de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico (SCHWARTZMAN, 1991 apud BALBACHEVSKY, 2005). Era preciso formar profissionais qualificados, pois o Brasil estava em um momento de crescimento, desenvolvimento, expansão econômica e com muitos projetos em foco. Por essa razão, o governo brasileiro ofereceu

bolsas para pós-graduação no exterior para capacitar cientistas e profissionais. Dessa maneira, a geração de cientistas formados no exterior deu o conteúdo da pós-graduação brasileira, pois eles voltavam com uma visão mais clara sobre como deveria ser um programa de pós-graduação. Em 1975, o país contava com 540 programas de pós-graduação a mais que na década de 60 (BALBACHEVSKY, 2005, p. 281).

Ainda nessa década, foram implantadas políticas para que as universidades públicas pudessem expandir seus programas de pós-graduação em diversas áreas e para a concessão de fundos para as atividades de ciência e tecnologia. Todas essas políticas tiveram respaldo dos setores militares e acadêmicos (MOREIRA; VELHO, 2008).

Ainda de acordo com esses autores, devido à aceleração do processo de globalização e abertura do país ao mercado internacional nas décadas 1980 e 1990, houve um aumento da idéia de que a ciência, tecnologia, governo e indústria deveriam estar ligados por sistemas de inovação completos. Nesse contexto, a formação de recursos humanos tornou-se mais importante para garantir a competitividade.

De acordo com Santos (2003), em 1980 houve críticas ao sistema de pós-graduação, e foi proposto que os programas partissem da realidade brasileira e não somente da tradição de outros países. Além disso, as linhas de pesquisa deveriam ter maior interesse para o país. Porém, essas propostas resultaram em problemas em termos de repercussão internacional dos cursos, pois dificultou a publicação de trabalhos no exterior por terem temas muito próprios e específicos.

O sistema de pós-graduação variou, ao longo dos anos, em relação ao seu caráter, de predominantemente disciplinar para uma abertura interdisciplinar e multidisciplinar; sua identidade também foi alterada de experiências uni-institucionais para pluri-institucionais; e em relação a sua terminalidade, antes focada no universo acadêmico, passou a ser voltada para a formação de profissionais altamente especializados e capacitados (ROMÊO; ROMÊO; JORGE, 2004).

Os candidatos diplomados em cursos de graduação que atendam às exigências das instituições de ensino, normatizadas pelo Estado brasileiro, podem se matricular em cursos e programas de pós-graduação (MOROSINI, 2009).

É importante ressaltar que a pós-graduação é composta de cursos de níveis e objetivos diferenciados: *stricto sensu e lato sensu*. Primeiramente, em 1961, teve o início da pós-graduação *lato sensu*. Alguns anos depois, em 1965, os cursos de pós-graduação *stricto sensu* passaram a ser oferecidos, depois da regulamentação do mestrado e doutorado no país (MOROSINI, 2009).

A pós-graduação *lato sensu* é definida como todo e qualquer curso que se segue à graduação, sendo representada pelos cursos de especialização (360hs) que buscam aprofundar os conhecimentos teóricos e práticos, e os cursos de aperfeiçoamento, que visam ampliar e desenvolver o conhecimento. Esses cursos de especialização não precisam de autorização prévia, de reconhecimento e renovação de conhecimento, mas precisam atender as exigências da Resolução do Conselho Nacional de Educação. A meta desses cursos é formar um profissional especializado não - acadêmico, e trazer a esse profissional um conhecimento científico e técnico de uma determinada área ou profissão (MOROSINI, 2009, p. 7-8).

Segundo Morosini (2009), também são admitidos no País, os cursos de pós-graduação *Lato Sensu* à Distância que só poderão ser oferecidos por instituições credenciadas pela União, conforme disposto no § 1º do artigo 80 da Lei nº 9.394/96, de 1996 (Anexo A). Além disso, esses cursos deverão incluir provas presenciais e defesa presencial de monografia ou trabalho de conclusão de curso.

A pós-graduação *stricto sensu* é definida como um curso que se superpõe a graduação, com a finalidade de desenvolver e aprofundar a formação científica ou cultural, e de natureza acadêmica e de pesquisa. Compreendem dois níveis de formação: Mestrado e Doutorado, onde o mestrado tem duração mínima de um ano e o doutorado tem duração mínima de dois anos. Esses programas conduzem ao profissional um diploma (MOROSINI, 2009). No Brasil existem dois tipos de mestrado: o mestrado acadêmico que busca formar professores para o ensino médio e superior, e o mestrado profissional que tem o objetivo de qualificar o profissional em alto nível. Já o doutorado, visa promover a formação científica e cultural de maneira ampla e aprofundada, através do desenvolvimento de capacidade de pesquisa e de criação (DUTRA et al., 2009).

O mestrado profissionalizante foi instituído recentemente, tendo graduado os primeiros alunos em 1999. Porém, percebe-se que as Instituições de Ensino Superior não incorporaram essa modalidade de forma significativa. A introdução do mestrado profissional aumentou a diversidade de diplomas na pós-graduação, aumentando, assim, a flexibilidade do sistema (STEINER, 2005).

Além desses dois níveis, a pós-graduação *stricto sensu* compreende o programa de Pós-Doutorado, com tempo indefinido, até 12 meses, podendo ocorrer a prorrogação para 24 meses, a critério do Comitê do Pós-Doutorado de cada instituição, que busca atualizar os conhecimentos adquiridos no doutorado. O segmento público é responsável

por 79,7% da oferta dos cursos de mestrado e 88% dos cursos de doutorado (CAPES, 2010).

O sucesso da expansão e da qualidade do sistema de pós-graduação é resultado do financiamento público e à institucionalização do processo de avaliação organizado pela CAPES. Apesar da pós-graduação, anteriormente, ser orientada para um modelo flexível, ao longo do seu desenvolvimento e por contribuição do sistema de avaliação, consolidou-se um modelo marcadamente sequencial – mestrado e doutorado – (CAPES, 2004).

2.1.1 Planos Nacionais de Pós-Graduação

Foi constatado, em 1970, que a pós-graduação estava se expandindo de maneira natural, por motivos conjunturais e pela expansão do ensino superior. A partir disso, os governos militares procuraram garantir seu desenvolvimento sistemático, e, portanto, foi instituído o Programa Intensivo de Pós-Graduação; em 1973, criando um grupo que propunha medidas para a definição da política de pós-graduação; em 1974, o Conselho Nacional de Pós-Graduação foi instituído e formulou o I Plano Nacional de Pós-Graduação para o período de 1975-1977 (FERREIRA, 1999 apud SANTOS; AZEVEDO, 2009).

O primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação (1975-1979) surgiu em 1974 com o objetivo de expandir a pós-graduação de maneira que essa expansão ocorresse através de um planejamento estatal, estando integrada às políticas de desenvolvimento social e econômico. O I PNPG fez com que as políticas de pós-graduação se destacassem para a capacitação de docentes e integração da pós-graduação ao sistema universitário, além de dar importância às ciências básicas e às necessidades de se evitar disparidades regionais (CAPES, 2004).

Já o II PNPG (1982-1985), segundo a CAPES (2004), teve como objetivo a formação de recursos humanos qualificados para as atividades docentes, de pesquisa e técnicas, buscando atingir os setores privados e públicos. Porém, seu foco foi a qualidade do ensino superior, mais especificamente a pós-graduação, sendo necessário uma institucionalização e melhoramento da avaliação.

O III PNPG (1986-1989) buscou a conquista de uma autonomia nacional, desenvolvimento da pesquisa pela universidade e a integração da pós-graduação ao sistema de ciência e tecnologia. Esses três primeiros planos mostram a importância da pós-graduação, e que a mesma devia ser objeto de planejamento e financiamento

estatais, além de direcionar a pós-graduação para uma questão macro-política (CAPES, 2004).

Segundo a CAPES (2004), as ações implementadas pelos Planos Nacionais de Pós-Graduação permitiram o desenvolvimento e crescimento da Pós-Graduação e do Sistema de Ensino Superior. Algumas dessas ações foram:

- Integração da pós-graduação e institucionalização das atividades de pesquisa em diversas instituições;
- Maior capacitação do corpo docente;
- Adoção de um sistema de bolsas no país e no exterior, contribuindo para a qualificação dos docentes e pesquisadores;
- Apoio financeiro através da estruturação de uma política;
- Participação dos integrantes da comunidade acadêmica na formulação da política de pós-graduação;
- Criação de um sistema nacional de avaliação;
- Integração do ensino à pesquisa;
- Criação de um sistema de orientação de teses e dissertações;
- Iniciação científica mais estabelecida;
- Articulação da comunidade acadêmica com importantes centros de produção científica internacional.

O IV PNPG (1996) não se concretizou devido a restrições orçamentárias e falta de articulação entre as agências de fomento nacional, apesar de formulado. Porém, durante esse período, diversas recomendações foram elaboradas pela Diretoria da CAPES, como: a expansão do sistema; diversificação do modelo de pós-graduação; mudanças no processo de avaliação; e inserção internacional da pós-graduação (CAPES, 2010).

Segundo Capes (2010), as propostas do PNPG 2005-2010 tiveram como objetivo principal o crescimento do sistema nacional de pós-graduação, visando atender com qualidade a sociedade e desenvolver o país de maneira científica, tecnológica, econômica e social. Além disso, esse plano também teve como objetivo o subsídio a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas para os setores da educação, ciência e tecnologia.

O Plano de Pós-Graduação 2011-2020 visa definir diretrizes, estratégias e metas para continuar e avançar nas propostas para política de pós-graduação e pesquisa no

país. Pela primeira vez, o Plano Nacional de Educação (PNE) contemplará as metas da pós-graduação, pois o PNPG será parte integrante do PNE (CAPES, 2012c).

Segundo dados da CAPES, houve um aumento no número de programas credenciados no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) e de alunos matriculados.

2.2 QUADRO GERAL DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

De acordo com a CAPES (2010), o panorama atual da pós-graduação brasileira congrega os seguintes dados: em 2009, havia 2.719 programas em atividade responsáveis por 4.101 cursos, sendo: 2.436 de mestrado (59,4%); 1.422 de doutorado (34,7%) e 243 de mestrado profissional (5,9%). Havia 57.270 docentes e 161.117 estudantes matriculados ao final de 2009, sendo destes 103.194 alunos de mestrado e mestrado profissional e 57.923 alunos de doutorado.

Os dados referentes ao número de cursos de pós-graduação no país podem ser desdobrados por nível, dependência administrativa e grande área (CAPES, 2010). O nível se refere ao Mestrado, Doutorado e Mestrado profissionalizante. As dependências administrativas são: Estadual, Federal, Municipal e Particular. Já a grande área é composta por nove áreas: Ciências Agrárias; Ciências Biológicas; Ciências da Saúde; Ciências Exatas e da Terra; Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; Engenharias; Linguística, Letras e Artes; e Multidisciplinar. A seguir são apresentados os dados referentes ao ano de 2009 baseados nessa classificação.

Como se pode observar pela Tabela 1, os cursos de mestrado e doutorado apresentaram um amplo crescimento desde a década 70, período em que iniciaram suas atividades. Já o mestrado profissional, por ser mais recente, foi comparado em relação ao ano de 2004 e percebe-se um aumento de mais de 100%.

Tabela 1: Número de cursos em atividade

Nível	1976	2004	2009	Crescimento %	
				2009/1976	2009/2004
Mestrado	518	1.793	2.436	370	36
Mestrado Profissional	0	119	243	-	104
Doutorado	181	1.058	1.422	686	34
Total	699	2.970	4.101	487	38

Fonte: CAPES, 2010, p. 47.

Quanto aos dados referentes ao número de cursos de mestrado, mestrado profissional e doutorado, globalmente distribuídos, segundo a grande área, houve um crescimento de 38,1% entre 2004 e 2009. O maior percentual de crescimento ocorreu na área Multidisciplinar com uma taxa de 151,3%. A área das Ciências da Saúde apresentou a maior concentração de cursos (CAPES, 2010). Esses dados podem ser vistos a seguir na Tabela 2.

Tabela 2: Número de cursos segundo a grande área – mestrado, mestrado profissional e doutorado

Grande Área do Conhecimento	2004	2009	Crescimento %	Porcentagens	
				2004	2009
Ciências Agrárias	340	478	40,6	11,4	11,7
Ciências Biológicas	331	390	17,8	11,2	9,2
Ciências da Saúde	583	725	24,4	19,6	17,7
Ciências Exatas e da Terra	322	403	25,2	10,8	10,2
Ciências Humanas	421	588	39,7	14,2	14,3
Ciências Sociais Aplicadas	311	463	48,9	10,5	11,3
Engenharias	342	447	30,7	11,5	10,9
Linguística, Letras e Artes	168	225	33,9	5,7	5,5
Multidisciplinar	152	382	151,3	5,1	9,3
Total	2.970	4.101	38,1	100	100

Fonte: CAPES, 2010, p. 53

Segundo a dependência administrativa, para o ano de 2009, é constatado que os cursos de pós-graduação predominam em Faculdades/Universidades Públicas, principalmente Federais, enquanto que as Particulares possuem em torno de 17% dos cursos. Verifica-se essa situação na Tabela 3.

Tabela 3: Número de cursos em atividade segundo a dependência administrativa – 2009

Dependência Administrativa	Mestrado	Mestrado Profissional	Doutorado	Total
Estadual	626	33	434	1093
Federal	1360	97	814	2271
Municipal	15	5	2	22
Particular	435	108	172	715
Total	2436	243	1422	4101

Fonte: Adaptado CAPES, 2010, p. 47,49-50.

Por fim, para o ano de 2009, é importante apresentar a distribuição regional dos cursos de pós-graduação. Percebe-se a hegemonia da região sudeste quanto à presença de programas de pós-graduação. A Tabela 4 mostra, claramente, essa concentração de cursos.

Tabela 4: Distribuição regional dos cursos de mestrado, mestrado profissional e doutorado – 2009

Região	Mestrado	Mestrado Profissional	Doutorado	Total
Sudeste	1.211	135	845	2.191
Sul	494	48	269	811
Nordeste	442	37	193	672
Centro – Oeste	177	16	77	270
Norte	112	7	38	157
Total	2.436	243	1.422	4.101

Fonte: Adaptado CAPES, 2010, p. 54-55.

Há uma assimetria em relação ao crescimento da pós-graduação, pois os programas estão mais concentrados nas regiões sul e sudeste, consideradas como as mais ricas e desenvolvidas. Atualmente, há políticas e incentivos para melhor distribuir os programas e estimular o desenvolvimento científico nas regiões norte, nordeste e centro-oeste (ROMÊO; ROMÊO; JORGE, 2004). Segundo Morosini (2009), essa concentração ocorre não só em quantidade, mas também em qualidade.

A região sudeste concentra mais de 50% dos cursos de mestrados, e mais de 65% dos cursos de doutorado, seguida da região sul, com respectivamente 20% e 18% (CAPES, 2004).

Segundo Romêo, Romêo e Jorge (2004), a concentração dos programas nas regiões sul e sudeste reflete a relação entre a preocupação de gerar conhecimento para o desenvolvimento e as áreas mais desenvolvidas do País.

A expansão é a marca do SNPG, que pode ser vista na evolução do número de alunos titulados pela pós-graduação brasileira e também pelo aumento dos cursos de PG. Essa expansão é caracterizada pela diversificação, ou seja, a proporção dos cursos é variável entre as áreas de conhecimento. O Sistema Nacional de Pós-Graduação brasileira pode ser classificado como o melhor da América Latina. (MOROSINI, 2009).

A pós-graduação ocupa um lugar central na produção científica do Brasil e vários são os motivos que contribuem para isso, entre eles: a maioria dos pesquisadores e recursos de financiamento à pesquisa está atrelada a programas de pós-graduação; e o destaque do Sistema de Avaliação desenvolvido pela CAPES que tem servido de referência para outros níveis da educação brasileira e também inspirado outros países (OLIVEIRA; ALMEIDA, 2011).

2.3 A PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Segundo Velloso et al.(2002 apud DUTRA et al., 2009), a formação do administrador ganhou foco no Brasil em 1941, quando surgiu o primeiro curso de Administração, na Escola Superior de Administração de Negócios (ESAN/SP), baseado no curso da Universidade de Harvard.

A pós-graduação em administração no Brasil surgiu em 1967, a partir do mestrado da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ). Posteriormente, nos anos 1970, oito cursos de mestrado em administração foram implementados nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraíba, Rio Grande do Norte e Distrito Federal. Já os cursos de doutorado foram criados dois no estado de São Paulo e um no Rio de Janeiro (GUIMARÃES et al., 2009, p. 566).

Enquanto os primeiros cursos de Mestrado em Administração e em Contabilidade foram instalados no final da década de 60 e início da década de 70, observa-se que vários cursos iniciaram suas atividades recentemente. O número de cursos de doutorado e mestrado profissional é reduzido, e como em toda a pós-graduação brasileira, há assimetria dos cursos, sendo concentrados principalmente nas regiões sul e sudeste (ANPAD, 2012).

A Tabela 5 apresenta as datas do início das atividades nos níveis de Mestrado, Doutorado e Mestrado Profissional nas Instituições de Ensino Superior em Programas de Administração. Ao todo são 66 Instituições de Ensino Superior e 84 programas de pós-graduação em Administração, conforme citado anteriormente. Os dados foram obtidos através de Ficha de avaliação disponibilizada pela CAPES. Nessas fichas há informações básicas de cada programa (instituição de ensino que oferece o programa; tipo de programa – mestrado e doutorado, mestrado, doutorado e mestrado profissional; ano de início; critérios de avaliação para a área de Administração; e conceitos obtidos por cada programa).

Os programas analisados são aqueles que apresentam a palavra “Administração” em seus nomes. São eles: Administração; Administração das Micro e Pequenas Empresas; Administração de Empresas; Administração de Organizações; Administração e Controladoria; Administração e Desenvolvimento Empresarial; Administração e Desenvolvimento Rural; Administração e Negócios; Administração Pública; Administração Pública e Governo; Administração Universitária. Demais programas como, Ciências Contábeis, Contabilidade, Controladoria e Gestão foram deliberadamente excluídos da análise.

Tabela 5: Ano de início dos Programas de Administração

ÁREA: ADMINISTRAÇÃO			
IES	Curso	Ano de Início	Programa
UFBA	Mestrado	1983	
	Doutorado	1993	
	Mestrado Profissional	1998	
UNIMEP	Doutorado		
UNIFACS	Mestrado	2000	
UECE	Mestrado	2005	
UNB	Mestrado	1976	
	Doutorado	2006	
	Mestrado Profissional	2004	
UFES	Mestrado	2000	
ALFA			
UFMG	Mestrado	1973	
	Doutorado	1995	
UFV	Mestrado	2005	
UFLA	Mestrado	2000	
	Doutorado		
UFU	Mestrado	2003	
PUC/MG	Mestrado	2007	
	Doutorado	2008	
	Mestrado Profissional	2000	
UNA	Mestrado Profissional		
FUMEC	Mestrado	2007	
	Doutorado	2009	
FEAD	Mestrado Profissional	2003	
FPL	Mestrado Profissional	2000	
FNH	Mestrado	2005	
UFMS	Mestrado	2008	
UNAMA	Mestrado	2009	
UFPB/JP	Mestrado	1976	

	Doutorado	1995
UFPE	Mestrado	2000
	Doutorado	
	Mestrado Profissional	
UFPR	Mestrado	1992
	Doutorado	2004
UEL	Mestrado	
PUC/PR	Mestrado	2000
	Doutorado	2006
UEM	Mestrado	
UP	Mestrado	2005
	Doutorado	2008
UFRJ	Mestrado	1973
	Doutorado	1976
FGV/RJ	Mestrado	1967
	Doutorado	1997
	Mestrado Profissional	2002
IBMEC	Mestrado Profissional	1999
UNIGRANRIO	Mestrado	2007
UFRN	Mestrado	1978
	Doutorado	2006
UNP	Mestrado Profissional	2006
UNIR	Mestrado	2006
UFRGS	Mestrado	1972
	Doutorado	1994
	Mestrado Profissional	1998
UFSM	Mestrado	2003
	Doutorado	
	Mestrado Profissional	
UNISINOS	Mestrado	2000
	Doutorado	2007
UCS	Mestrado	2006
UNISC	Mestrado Profissional	
UFSC	Mestrado	1978
	Doutorado	2008
UDESC	Mestrado	
	Mestrado Profissional	2003
UNIVALI	Mestrado	2003
	Doutorado	2007
FURB	Mestrado	1997
UNISUL	Mestrado	2007
FUFSE	Mestrado	1975
USP	Mestrado	1975
	Doutorado	
PUC/SP	Mestrado	1978

Administração

	Doutorado		
UNIMEP	Mestrado Profissional	2002	
UMESP	Mestrado	2005	
FEI	Mestrado	2005	
UNIP	Mestrado	2005	
UNINOVE	Mestrado	2006	
	Doutorado	2008	
UNIFECAP	Mestrado Profissional		
USCS	Mestrado	2003	
	Doutorado		
INSPER	Mestrado Profissional	2007	
ESPM	Mestrado		
FACCAMP	Mestrado Profissional	2009	Adm. Das Micro e Pequenas Empresas
UNIFOR	Mestrado	1995	Adm. De Empresas
	Doutorado		
FUCAPE	Mestrado	2007	
PUC/RIO	Mestrado	1972	
	Doutorado	1997	
	Mestrado Profissional	1999	
FGV/SP	Mestrado	1974	
	Doutorado	1976	
	Mestrado Profissional		
UPM	Mestrado	1999	
	Doutorado	2003	
USP/RP	Mestrado	2004	Adm. De Organizações
	Doutorado		
UFC	Mestrado	2009	Adm. E Controladoria
	Mestrado Profissional	2009	
UNESA	Mestrado Profissional	1994	Adm. E Desenv. Empresarial
UFRPE	Mestrado	2003	Adm. E Desenv. Rural
PUC/RS	Mestrado	2006	Adm. E Negócios
	Doutorado		
UFLA	Mestrado Profissional		Adm. Pública
FJP	Mestrado	1995	
FGV/SP	Mestrado	1990	Adm. Pública e Governo
	Doutorado	2002	
UFSC	Mestrado Profissional		Adm. Universitária

Fonte: CAPES, 2012b

Percebe-se, pela tabela, que 11 IES iniciaram seus cursos de mestrado na década de 60 e 70. Já o mestrado profissional é muito recente. Por fim, os cursos de doutorado mais antigos datam de 1976. As lacunas em branco devem-se à ausência de informação nas “Fichas de Avaliação” dos programas.

No curso de mestrado são discutidas as técnicas de administração, enquanto que no doutorado, se avança o conhecimento dessas técnicas. Porém, na década de 70, outros cursos foram criados e chamados de *lato sensu*. Eles se proliferaram principalmente na área de Administração. Muitos desses cursos adotaram a denominação MBA – Master of Business Administration (IKEDA; CAMPOMAR; OLIVEIRA, 2005).

O MBA, no Brasil, é o nome dado a um curso de especialização, voltado a educação continuada para pessoas que procuram se reciclar ou entrar em contato com as técnicas de Administração, buscando complementar a formação após a conclusão da graduação. Porém, a pós-graduação *lato sensu* não é submetida à avaliação da CAPES, e não apresenta um cadastro completo de cursos reconhecidos nesse nível (IKEDA; CAMPOMAR; OLIVEIRA, 2005).

Um das características marcantes da pós-graduação em Administração é a grande diversidade e flexibilidade dos formatos, conteúdos e produtos dos diferentes Programas. Na década de 80, a área de Administração estava em um processo de consolidação, e a ANPAD teve forte influência nesse processo (MORENO et al., 1997).

A ANPAD – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – foi criada em 1976 e desenvolve a promoção do ensino, da pesquisa e da produção de conhecimento dentro do campo das ciências administrativas, contábeis e afins no Brasil. Sua criação deu-se a partir da iniciativa de oito programas existentes no Brasil. A ANPAD é o principal órgão de interação entre programas associados, grupos de pesquisa da área e comunidade internacional (ANPAD, 2012).

Os programas de pós-graduação que se filiam à ANPAD podem ser: efetivos ou observadores. Os programas efetivos participam ativamente de uma associação acadêmica de renome internacional e ajudam a decidir o rumo da própria ANPAD, através de direito de voz e voto. Os programas observadores obtêm todos os privilégios, mas sua participação nas assembleias fica restrito ao direito de voz (ANPAD, 2012).

2.4 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA CAPES

2.4.1 Importância da Avaliação

A avaliação tem possibilitado que as Instituições de Ensino Superior (IES) se conheçam melhor e aprimorem seus processos. Além disso, as pressões que o Estado e as organizações exercem umas nas outras está resultando em IES mais parecidas e com programas estruturados

de uma maneira similar. A avaliação é vista como um mecanismo de controle e responsabilização do Estado, a fim de conseguir se criar indicadores e medir os desempenhos dos sistemas (MACCARI, 2008).

A avaliação é importante devido à exigência de acompanhamento dos níveis de educação, e também pela necessidade de manter e criar altos padrões de inovação científica e tecnológica (AFONSO, 2002 apud MACCARI, 2008).

Para Nevo (1991 apud MACCARI, 2008), as funções da avaliação mais citadas na literatura são: melhoria dos processos de aprendizagem; a seleção, certificação e aferição; desenvolvimento da motivação dos sujeitos e da conscientização dos processos sociais e educacionais. Por fim, a avaliação está relacionada ao aprendizado da autoridade, principalmente no contexto organizacional. De acordo com o autor, avaliação é importante para a gestão da estruturação das relações de trabalho e da legitimação organizacional.

Os programas de pós-graduação apresentaram um aumento numericamente, e essa situação deve estar acompanhada de um aumento na qualidade. A CAPES considera a avaliação como essencial para o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa tecnológica e científica no Brasil (CAPES, 2010a).

A avaliação é parte de um processo de construção de conhecimento científico, ela é modelada por contextos históricos e está sempre se adaptando as mudanças. Porém, as práticas de avaliação são muito recentes nas maiorias dos países, exceto nos Estados Unidos, onde são feitas avaliações regulares.

De acordo com Miranda e Almeida (2004), os fatores mais relevantes para se ter um sistema de avaliação em programas de pós-graduação no Brasil são:

- Busca da elevação dos padrões de qualidade nesse nível de ensino.
- Manter um sistema que seja capaz de impulsionar a evolução da pós-graduação.
- Fomentar estudos que ajudem no desenvolvimento das IES.
- Manter contato com outros órgãos visando convênios, contratos e ajustes.
- Fazer com que o sistema de avaliação seja utilizado e reconhecido por outras instituições nacionais e internacionais.
- Facilitar a distribuição de bolsas de estudo
- Credenciar os cursos e programas, tornando-os válidos no plano nacional

A avaliação é um mecanismo que estabelece o desenvolvimento das instituições e viabiliza a implantação de uma política mais elevada. Portanto, o processo de

avaliação deve ser transparente e utilizar critérios legítimos, e, dessa maneira, os países que incorporarem esse processo poderão alcançar padrões de qualidade aceitáveis (MACCARI et al., 2009).

O Sistema de avaliação também é objeto de crítica, é o caso dos autores Maccari, Lima e Riccio (2009), que mostram que há alguns riscos de se adotar um único padrão de qualidade para diversos programas de pós-graduação, pois os mesmos estão orientados por diferentes contextos geográficos, históricos, acadêmicos, institucionais, pedagógicos e materiais. Dessa maneira, essa prática inibe inovações dos programas e favorece programas pequenos e recentes devido à agilidade que eles tem em inovar.

Ainda segundo os mesmos autores, os modelos de avaliação recebem várias influências e visam acompanhar as transformações do ambiente. Eles devem estar adequados ao contexto em que estão inseridos, bem como, fugirem da função apenas de controle. Os modelos de avaliação devem contribuir para que uma universidade conheça suas capacidades e consiga, dessa forma, modificar suas estruturas e modos de funcionamento.

A metodologia da avaliação deve ser bem definida de maneira que não ocorram falhas e questionamentos a respeito da validade do processo. De acordo com Maccari (2008), a avaliação quantitativa pode trazer resultados consistentes e ter uma vantagem econômica, porém, há uma tendência de massificação, o que pode gerar instituições mais padronizadas.

Já a avaliação qualitativa, com ênfase na reputação, é feita através de uma análise mais subjetiva e, por isso, precisa de ferramentas e instrumentos mais confiáveis, evitando falhas. Um sistema de avaliação precisa ser flexível, captar diferenças e incentivar o desenvolvimento dos programas (MACCARI, 2008). Atualmente, a avaliação da CAPES engloba diversos fatores pertinentes à pós-graduação, à pesquisa e ao ensino.

2.4.2 Processo de Avaliação adotado pela CAPES

A seção apresenta uma breve descrição do processo de avaliação utilizado pela CAPES, identificando seus objetivos e critérios de avaliação.

Em 1971 houve um aumento significativo no número de bolsas concedidas, e por esse motivo, a CAPES enfrentava dificuldades para avaliar os alunos de pós-graduação. A partir disso, em 1977 a CAPES iniciou seu processo de avaliação dos

programas de pós-graduação *stricto sensu* no país. Esse processo tem como finalidade contribuir para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da qualidade (CAPES, 2010).

A CAPES utiliza um sistema de avaliação de programas de pós-graduação que busca atender aos seguintes objetivos:

1. estabelecer o padrão de qualidade exigido dos cursos de mestrado e de doutorado e identificar os cursos que atendem a tal padrão;
2. fundamentar, nos termos da legislação em vigor, os pareceres do Conselho Nacional de Educação sobre autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de mestrado e doutorado brasileiros - exigência legal para que estes possam expedir diplomas com validade nacional reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC);
3. impulsionar a evolução de todo o Sistema Nacional de Pós-graduação, SNPG, e de cada programa em particular, antepondo-lhes metas e desafios que expressam os avanços da ciência e tecnologia na atualidade e o aumento da competência nacional nesse campo;
4. contribuir para o aprimoramento de cada programa de pós-graduação, assegurando-lhe o parecer criterioso de uma comissão de consultores sobre os pontos fracos e fortes de seu projeto e de seu desempenho e uma referência sobre o estágio de desenvolvimento em que se encontra;
5. contribuir para o aumento da eficiência dos programas no atendimento das necessidades nacionais e regionais de formação de recursos humanos de alto nível;
6. dotar o país de um eficiente banco de dados sobre a situação e evolução da pós-graduação;
7. oferecer subsídios para a definição da política de desenvolvimento da pós-graduação e para a fundamentação de decisões sobre as ações de fomento dos órgãos governamentais na pesquisa e pós-graduação. (CAPES, 2010a).

A avaliação da CAPES produz resultados operacionais, como a disponibilização de um número certo de bolsas e recursos financeiros para os programas. Além disso, ela

permite que os problemas existentes sejam solucionados, e se desenvolva novas políticas (SERAFIM, 2004 apud LEITE et al., 2007, p. 22).

Em 2001, a CAPES buscou um aprimoramento nos seus processos, e por isso, convidou observadores estrangeiros para apreciarem o sistema de avaliação da pós-graduação no Brasil. Alguns observadores ficaram preocupados com o número excessivo de indicadores numéricos e a falta de informações qualitativas. São nos aspectos qualitativos que cada disciplina pode se diferenciar e apresentar especificidades. Além disso, alguns observadores comentaram que há redundância de informações, e também, devido ao excesso de indicadores qualitativos, não souberam identificar como os avaliadores chegam a um conceito final (PEREIRA, 2005).

O sistema de avaliação abrange dois processos: a avaliação dos programas de pós-graduação e a avaliação das propostas de cursos novos de pós-graduação. A avaliação dos programas de pós-graduação realiza um acompanhamento anual e uma avaliação trienal do desempenho dos cursos e programas que integram o Sistema Nacional de Pós-Graduação, SNPG. A avaliação das propostas de cursos novos de pós-graduação avalia as propostas dos cursos novos e define quais programas e cursos serão admitidos ao Sistema Nacional de Pós-Graduação (CAPES, 2012a).

De acordo com a CAPES (2012a), os dois processos de avaliação mencionados anteriormente, apesar de diferentes, são baseados em um mesmo conjunto de princípios, diretrizes e normas, compondo, assim, um só sistema de avaliação.

Os acompanhamentos anuais realizados nos programas de pós-graduação identificam possíveis desvios de desempenho, possibilitando soluções ao longo de todo o processo. Nesse acompanhamento não se atribui conceitos, é feita apenas uma elaboração e apresentação dos conteúdos com comentários feitos pelo Comitê de Área (MACCARI; LIMA; RICCIO, 2009).

As avaliações são realizadas a cada três anos, ponderando-se os desempenhos e os meios para se atingir os resultados nos três anos anteriores (PEREIRA, 2005). Os conceitos atribuídos pela CAPES variam de um a sete. Os programas que obtêm conceito um ou dois não são reconhecidos pelo MEC. Aqueles que conseguem notas seis ou sete são considerados programas de excelência (CAPES, 2012).

Em geral, todos os programas começam com o conceito 3. O programa que oferece apenas mestrado tem seu nível limitado a 5; já a nota 7 é a nota máxima para os programas que possuem mestrado e doutorado. Isso ocorre, pois a CAPES adotou

padrões internacionais de qualidade como parâmetros, visando uma maior inserção da pós-graduação no cenário internacional.

De acordo com Maccari (2009), no Brasil, o credenciamento do curso pela CAPES é um requisito legal, e a validade dos diplomas de mestrado e doutorado depende de o programa ter seus cursos reconhecidos e recomendados. A atribuição de notas pela CAPES começou em 1998, e essas notas são atribuídas aos programas e não aos cursos individualmente. Até então, os programas eram classificados em conceitos que variavam entre A, B, C, D e E.

Os resultados da avaliação são consolidados em uma ficha de avaliação, elaborada pelo Conselho Técnico-Científico (CTC), em que se apresentam os critérios e itens com comentários e justificativas da comissão. Esses resultados podem ser contestados pelas IES, caso elas apresentem recursos consistentes.

Os programas de pós-graduação em Administração são avaliados junto com os programas de Contabilidade e Turismo. A área Administração está inserida na grande área de Ciências Sociais Aplicadas. Os critérios de avaliação encontram-se no documento orientador de cada área. O documento orientador é dividido em cinco tópicos ou dimensões. A primeira dimensão não apresenta peso e é avaliada de maneira qualitativa. O restante das dimensões apresenta pesos, que são considerados como a representatividade de cada dimensão. O processo de avaliação da CAPES engloba tanto variáveis qualitativas quanto quantitativas.

Os critérios da avaliação são os seguintes:

I – Proposta do Programa

II – Corpo docente – 20%

III – Corpo discente, Teses e Dissertações – 35%

IV – Produção intelectual – 35%

V – Inserção Social – 10%

Há outras áreas dentro da grande área de Ciências Sociais Aplicadas, e elas se diferem quanto às porcentagens dos critérios de avaliação. A tabela com essas áreas e diferenças é mostrada logo abaixo.

Tabela 6: Pesos dos Critérios de Avaliação nas áreas da grande área de Ciências Sociais Aplicadas

GRADE ÁREA: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS				
ÁREA	QUESITOS			
	Corpo Docente	Corpo Discente, Teses e Dissertações	Produção Intelectual	Inserção Social
Administração	20%	35%	35%	10%
Arquitetura e Urbanismo	20%	30%	40%	10%
Ciência da Informação	20%	30%	40%	10%
Comunicação	20%	30%	40%	10%
Demografia	20%	35%	35%	10%
Desenho Industrial	20%	30%	40%	10%
Direito	20%	30%	40%	10%
Economia	20%	35%	35%	10%
Museologia	20%	30%	40%	10%
Planejamento Urbano e Regional	20%	35%	35%	10%
Serviço Social	20%	30%	40%	10%
Turismo	20%	30%	30%	20%

Percebe-se que na área Turismo, o critério Inserção Social possui maior peso que nas demais áreas, 20%. A área de Administração, no que se refere aos critérios e pesos, se compara às áreas de Economia, Demografia e Planejamento Urbano e Regional.

Abaixo será apresentado a Tabela de Critérios de Avaliação da CAPES adotados pela Área de Administração.

Tabela 7: Critérios de Avaliação da CAPES para a área de Administração

CRITÉRIOS	DESDOBRAMENTO DE CADA QUESITO		AVALIAÇÃO				
			Muito Bom	Bom	Regular	Fraco	Defic.
Proposta do Programa	Áreas de concentração, linhas de pesquisa, e projetos em andamento (pesquisa, desenvolvimento e extensão)		AVALIAÇÃO QUALITATIVA				
	Coerência, consistência e abrangência da estrutura curricular.						
	Atividades inovadoras e diferenciadas de formação de docentes.						
Corpo Docente 20%	15%	Formação (titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência)	≥ 80%	70-79%	60-69%	50-59%	< 50%
	25%	Adequação da dimensão, composição e dedicação dos Docentes Permanentes	≥ 70%	61-70%	51-60%	40-50%	< 40%
	20%	Perfil, compatibilidade e integração do corpo docente permanente com a proposta do programa	≥ 80%	70-79%	60-69%	50-59%	< 50%
	10%	Atividades docente e distribuição de carga letiva entre os docentes permanentes	≥ 90%	80-89%	70-79%	60-69%	< 60%
	10%	Docentes nas atividades de ensino superior e pesquisa na graduação	≥ 90%	80-89%	70-79%	60-69%	< 60%
	20%	Participação dos docentes em pesquisa e desenvolvimento de projetos	≥ 90%	80-89%	70-79%	60-69%	< 60%
Corpo Discente, Teses e Dissertações 35%	20%	Orientações dissertações concluídas no período em relação aos docentes permanentes e à dimensão do corpo discente	≥ 40%	36-39%	30-35%		< 30%
		Orientações de teses concluídas no período em relação aos docentes permanentes e à dimensão do corpo discente	≥ 25%	22-24%	18-21%		< 18%
	15%	Adequação e compatibilidade da relação orientador/discente	≤ 8%				> 8%
	10%	Participação de discente autores (Mestrado)	≥ 25%	20-25%	15-20%	10-15%	< 10%
		Participação de discente autores (Doutorado)	≥ 40%	30-40%	20-30%	10-20%	< 10%
	20%	Qualidade das dissertações vinculadas a publicações	≥ 50%	40-50%	30-40%	20-30%	< 20%
		Qualidade das teses vinculadas a publicações	≥ 80%	60-80%	40-60%	30-40%	< 30%
	20%	Qualidade das teses e dissertações. Outros indicadores	AVALIAÇÃO QUALITATIVA				
15%	Eficiência do programa na formação de mestres	≤ 30	30-31	32-33		> 33	
	Eficiência do programa na formação de doutores	≤ 54	54-55	55-56		> 56	
Produção Intelectual 35%	50%	Publicações qualificadas do programa por docente permanente	≥ 12	9 - 12	5 - 9	3 - 5	< 3
	20%	Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente	≥ 80%	70-80%	50-70%	20-50%	< 20%
	15%	Produção, técnica, patentes, produtos etc	AVALIAÇÃO QUALITATIVA				
	15%	Produção de alto impacto	≥ 32	28-32	16-28	8-16	< 8
Inserção Social 10%	60%	Inserção e impacto regional e/ou nacional do programa	AVALIAÇÃO QUALITATIVA				
	30%	Integração e cooperação com outros programas para desenvolvimento de Pesquisa e PG					
	10%	Visibilidade ou transparência dada pelo programa a sua atuação					

Fonte: Maccari, Lima e Riccio (2009)

Cada uma dessas dimensões apresenta itens, que possuem seus pesos e também podem ser divididos em variáveis. Cada item corresponde a um conjunto de características avaliadas. Alguns itens são qualitativos e quantitativos. Outros somente quantitativos. E alguns itens são somente qualitativos. Aproximadamente 80% dos itens possuem caráter quantitativo; os 20% restantes são qualitativos, medidos de maneira quantitativa.

O único critério totalmente qualitativo e que não apresenta peso nenhum na avaliação é a Proposta do Programa, que pode ser classificado como “Adequada” ou “Inadequada”.

O Corpo Docente representa 35%, igualando-se a Produção Intelectual. Portanto, eles representam 70% do peso de toda a avaliação. O corpo docente se refere à formação do aluno e a produção intelectual significa gestão de conhecimento. O peso do critério Corpo Docente aumentou de 25% para 35%, do triênio 2004-2006 para o triênio 2007-2009. No critério de Produção Intelectual, avalia-se a quantidade e qualidade das publicações dos docentes, e cada nível de nota do programa tem uma produção mínima (MACCARI; LIMA; RICCIO, 2009).

O critério Corpo Docente é muito importante e influencia nos resultados dos demais critérios. Quanto melhor for o desempenho individual do docente, melhor a avaliação coletiva do programa. Para a CAPES, é importante que pelo menos 70% dos professores do Corpo Docente estejam na categoria de docente permanente. Para estar nessa categoria, o professor deve realizar as seguintes atividades: lecionar; participar de projeto de pesquisa; orientar alunos de mestrado e/ou doutorado; ter vínculo de 40 horas semanais com a Instituição (CAPES, 2012).

O critério de Inserção Social é novo na avaliação, aparecendo no triênio 2004-2006, e tendo 10% do peso. A área de Administração definiu três itens que compõem esse critério: (1) inserção e impacto regional e/ou nacional do programa; (2) integração e cooperação com outros programas; (3) visibilidade ou transparência do programa. Esse critério apresenta um peso grande, apesar de qualitativo, nos programas cujos conceitos são 6 e 7. E apesar de a Inserção Social não ser uma exigência para os programas com conceitos abaixo de 6, percebe-se que muitos programas trabalham para atendê-lo (MACCARI, 2009)

A inserção internacional é uma exigência para os programas com conceitos 6 e 7. É exigido um nível de qualificação, de produção e de desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na formação de recursos humanos. Dessa

maneira, o sistema de avaliação da CAPES induz esses programas a atuarem em nível internacional. Portanto, os programas podem realizar intercâmbios com universidades estrangeiras, parcerias para produção internacional e formação de *networking* entre professores. Além disso, os professores que publicam em periódicos internacionais recebem estímulos financeiros (MACCARI, 2009).

O processo de avaliação é dividido em duas etapas. Primeiramente os programas são classificados de acordo com as cinco categorias apresentadas. Posteriormente, aqueles que foram classificados com notas 5, podem participar de uma classificação em função do seu desempenho diferenciado: produção científica, cultural e artística, além de características que o tornam competidores no cenário internacional. Para cada nível superior de nota há também exigências maiores ao programa (MIRANDA; ALMEIDA, 2004).

Nesse processo, há comissões formadas por consultores selecionados pela credibilidade na área e por estarem vinculados a instituições localizadas em diferentes regiões do Brasil.

Atualmente existem 116 programas de pós-graduação credenciados pela CAPES na área de Administração, Contabilidade e Turismo. São 149 cursos no total, sendo 72 de mestrado, 36 de doutorado e 41 de mestrado profissionalizante. (CAPES, 2012b).

O sistema de avaliação da pós-graduação é o mesmo para todas as áreas, porém, o Comitê de Avaliação da Área de Administração tem flexibilidade para alterar os pesos dos critérios em até 5% para mais ou para menos e também os pesos dos itens no interior de cada critério ou retirá-los caso não se apliquem as necessidades da área de Administração (MACCARI; LIMA; RICCIO, 2009).

Na área Administração, Ciências Contábeis e Turismo, os programas relacionados a Administração são: Administração de empresas, Administração de produção, Administração Financeira, Mercadologia, Negócios internacionais, Administração de Recursos Humanos, Administração pública, Contabilidade e Finanças públicas, Organizações públicas, Política e planejamentos governamentais, Administração de pessoal, Administração de setores específicos e Ciências contábeis.

A área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo é uma das maiores áreas no sistema de avaliação CAPES, apresentando nos últimos anos acentuado crescimento.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente seção detalha os procedimentos metodológicos utilizados para a execução da pesquisa. Inicia-se pela tentativa de classificação da pesquisa, segundo tipologias utilizadas por diversos autores e prossegue com a apresentação da fonte de dados primária empregada.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Utilizando a classificação proposta por Gil (2002), a presente pesquisa pode ser caracterizada quanto à abordagem do problema, como **qualitativa** e também **quantitativa** e quanto aos seus objetivos, como **exploratória** e **descritiva**. Por sua vez, quanto aos procedimentos técnicos utilizados para obtenção dos dados, segundo a classificação de Lakatos e Marconi (1992, p.43), trata-se de **pesquisa bibliográfica** (ou de fontes secundárias) e **documental** (ou de fontes primárias) - ambos considerados pelos autores (op. cit.) como sendo **documentação indireta**.

Buscando justificar a classificação acima, a pesquisa é **qualitativa**, visto que “a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de técnicas e métodos estatísticos” (SILVA E MENEZES, 2005, p.20). Para Maanen¹ (1979, p.520 apud Neves, 1996, p. 1) pesquisa qualitativa:

Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação.

De acordo com Gil (2002, p. 133), a abordagem qualitativa do problema tem como característica ser

[...] menos formal do que a análise quantitativa, pois nesta última seus passos podem ser definidos de maneira relativamente simples. A análise qualitativa depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação.

¹MAANEN, J. V. Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface, In: Administrative Science Quarterly, vol. 24, no. 4, December 1979, p. 520-526.

Referindo-se a pesquisa quantitativa, Silva e Menezes (2005, p. 20) mencionam que esta procura

[...] traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las, requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.).

Buscado caracterizar pesquisa qualitativa e quantitativa, Neves (1996, p. 1) aponta que:

Enquanto estudos quantitativos geralmente procuram seguir com rigor um plano previamente estabelecido (baseado em hipóteses claramente indicadas e variáveis que são objeto de definição operacional), a pesquisa qualitativa costuma ser direcionada, ao longo de seu desenvolvimento; além disso, não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise dos dados; seu foco de interesse é amplo e parte de uma perspectiva diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos.

Não obstante as especificidades de cada uma das abordagens, Gomes e Araújo (2005, p. 10) mencionam que:

Segundo alguns estudiosos, essas abordagens não são paradoxais. Na verdade, elas são complementares. Uma preenche as lacunas que a outra não consegue suprir. De maneira análoga se pode dizer que elas são como matéria e espírito, que embora tenham naturezas diferentes formam um só corpo.

É nessa perspectiva plural que a presente pesquisa pretende ser conduzida. A abordagem quantitativa, como apoio à qualitativa, predominante no trabalho, será evidenciada pelo uso de técnicas de estatística descritiva aplicadas à fonte primária de dados utilizada, apresentada na seção subsequente.

A presente pesquisa se configura ainda como **exploratória**, na medida em que, segundo Gil (2002, p.41), essas “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições”.

Utilizando-se ainda da perspectiva de Gil (2002, p. 42), a pesquisa é também **descritiva**, pois busca identificar as “características de uma determinada população ou

fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” - no caso em tela, a pós-graduação *lato sensu* em administração no Brasil.

Adotando-se, por sua vez, a tipologia proposta por Cervo e Bervian (2002, p.65) quanto aos procedimentos técnicos utilizados, trata-se de pesquisa bibliográfica. De acordo com os autores,

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos [...] é meio de formação por excelência e constitui o procedimento básico para estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema. Como trabalho científico original, constitui a pesquisa propriamente dita na área das ciências humanas. Como resumo de assunto, constitui geralmente o primeiro passo de qualquer pesquisa científica (CERVO; BERVIAN, 2002 p.65-66).

Para Azevedo (1992, p. 36), a revisão bibliográfica (ou revisão de literatura),

[...] visa, por meio de uma compilação crítica e retrospectiva de várias obras, demonstrar o estágio atual da pesquisa em torno de determinado objeto. Não se trata de um texto original, é um trabalho comparativo que permite ao autor avançar em relação ao seu tema e criticar o tratamento dado pelos autores ao assunto pesquisado.

De acordo com Lakatos e Marconi (2006, p. 176) as técnicas ou procedimentos de levantamento de dados dividem-se em duas modalidades principais, quais sejam, documentação indireta e documentação direta. A documentação indireta, por sua vez, compreende duas categorias i) pesquisa bibliográfica e ii) pesquisa documental. Já, a documentação direta compreende a iii) pesquisa de campo e iv) pesquisa de laboratório. Portanto, pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias “abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, monografias, teses, material cartográfico [...]” (LAKATOS; MARCONI, 2006, p. 185).

Referindo-se à segunda categoria de documentação indireta, representada pela pesquisa documental, baseada em consulta à fonte primária, Lakatos e Marconi (1992, p.43) observam que

Os documentos de fonte primária são aqueles de primeira mão, provenientes dos próprios órgãos que realizaram as observações. Englobam todos os materiais, ainda não elaborados, escritos ou não, que podem servir como fonte de informação para a pesquisa científica.

Podem ser encontrados em arquivos públicos ou particulares, assim como em fontes estatísticas compiladas por órgãos oficiais e particulares [...]

Complementarmente, Neves (1996, p. 3) menciona que a pesquisa documental

[...] é constituída pelo exame de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reexaminados com vistas a uma interpretação nova ou complementar. Pode oferecer base útil para outros tipos de estudos qualitativos e possibilita que a criatividade do pesquisador dirija a investigação por enfoques diferenciados.

Procurando diferenciar a pesquisa bibliográfica da documental, Gil (2002, p. 45) ressalta que

A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

3.2 COLETA DE DADOS DE FONTE PRIMÁRIA

A presente seção busca descrever os procedimentos empregados na coleta de dados de fontes primárias utilizados na execução da presente pesquisa. Para tanto, faz uma breve apresentação da fonte primária utilizada, seguido dos procedimentos adotados.

3.2.1 Breve descrição da fonte primária de dados utilizada

A pesquisa documental indireta, a ser realizada por meio de consulta à fonte primária de dados, é representada pelos dados constantes no portal CAPES referentes à avaliação dos programas de pós-graduação em administração². Da referida base de dados utilizada constam identificação do programa de pós-graduação, identificação da instituição de ensino superior (IES) responsável, estado da federação a que pertence a IES e nota atribuída ao programa. São ao todo 84 programas de administração conforme

2

<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarIes&codigoArea=60200006&descricaoArea=CI%20CANCIAIS+SOCIAIS+APLICADAS+&descricaoAreaConhecimento=ADMINISTRA%C7%C3O&descricaoAreaAvaliacao=ADMINISTRA%C7%C3O%2C+CI%20CANCIAIS+CONT%C1BEIS+E+TURISMO>

apresentado no Quadro 1. Sendo 65 programas de Administração, 1 programa de Administração das Micro e Pequenas Empresas, 7 de Administração de Empresas, 1 de Administração de Organizações, 2 de Administração e Controladoria, 1 de Administração e Desenvolvimento Empresarial, 1 de Administração e Desenvolvimento Rural, 2 de Administração e Negócios, 2 de Administração Pública, 1 de Administração Pública e Governo, e 1 de Administração Universitária.

Os programas utilizados são aqueles que apresentam no nome a palavra “Administração”. Os programas de Ciências Contábeis, Gestão e Turismo foram excluídos da pesquisa.

Quadro 1: Quantitativo de programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração no Brasil

Programa	Mestrado	Doutorado	Mestrado Profissional	Mestrado e Doutorado	Total
Quantidade	26	2	26	30	84

Conforme referido no Quadro 1, do total de programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração no Brasil, 26 programas mantêm apenas o curso de mestrado, 02 apenas cursos de doutorado, 26 apenas mestrado profissional e 30 com ambos (mestrado e doutorado).

Por sua vez, no âmbito de cada programa de pós-graduação tem-se informação acerca da dependência administrativa da IES (pública ou privada), tipos de cursos (mestrado, doutorado e mestrado profissional), as respectivas “fichas de avaliação” e os “cadernos de indicadores” dos programas. Nas fichas de avaliação (de caráter descritivo-qualitativo), constamos seguintes campos de informação: dados gerais da IES e do curso, proposta do programa, corpo docente, corpo discente, teses e dissertações, produção intelectual, inserção social. Cada qual é detalhado segundo itens de avaliação, peso do quesito e avaliação (bom, muito bom e regular). Há ainda um campo denominado apreciação, no qual os avaliadores tecem comentários acerca de cada item avaliado.

Por sua vez, nos “cadernos de indicadores” constam indicadores descritivos e quantitativos sobre teses e dissertações, produção bibliográfica, produção técnica, produção artística, corpo docente, vínculo formação, disciplinas, linhas de pesquisa, projetos de pesquisa, proposta do programa, docente atuação e docente produção. O

interesse principal da presente pesquisa reside mais diretamente sobre as informações constantes nas fichas de avaliação do programa, em especial nas notas atribuídas aos programas de pós-graduação, sendo que os cadernos de indicadores provêm informação adicional para a análise.

3.3 TABULAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Uma vez obtidos os dados, seguindo os procedimentos descritos na seção anterior, de forma a evidenciar o panorama atual dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração no Brasil – procedeu-se à tabulação dos mesmos - com auxílio de técnicas de estatística descritiva, conforme segue:

3.3.1 Unidade de Análise: Programas de pós-graduação

- 3.3.1.1 Número de programas de pós-graduação segundo estados da federação;
- 3.3.1.2 Número de programas de pós-graduação agregado segundo grandes regiões brasileiras (norte, nordeste, sul, sudeste, centro-oeste);
- 3.3.1.3 Número de programas de pós-graduação segundo estados da federação por dependência administrativa da IES;
- 3.3.1.4 Número de programas de pós-graduação agregado segundo grandes regiões brasileiras (norte, nordeste, sul, sudeste, centro-oeste) e dependência administrativa da IES;
- 3.3.1.5 Número de programas de pós-graduação segundo estados da federação por nota da avaliação do triênio 2007-2009;
- 3.3.1.6 Número de programas de pós-graduação agregado segundo grandes regiões brasileiras (norte, nordeste, sul, sudeste, centro-oeste) por nota da avaliação do triênio 2007-2009;
- 3.3.1.7 Número de programas de pós-graduação agregado segundo estados da federação por dependência administrativa da IES por nota da avaliação do triênio 2007-2009;

3.3.2 Unidade de Análise: programas de mestrado

- 3.3.2.1 Ano de criação dos cursos de mestrado, agregado segundo décadas;
- 3.3.2.2 Número de programas de mestrado segundo estados da federação;
- 3.3.2.3 Número de programas de mestrado segundo grandes regiões brasileiras (norte, nordeste, sul, sudeste, centro-oeste);

3.3.2.4 Número de programas de mestrado agregado segundo grandes regiões brasileiras (norte, nordeste, sul, sudeste, centro-oeste) e dependência administrativa da IES;

3.3.2.5 Número de programas de mestrado segundo estados da federação por nota da avaliação do triênio 2007-2009;

3.3.2.6 Número de programas de mestrado agregado segundo grandes regiões brasileiras (norte, nordeste, sul, sudeste, centro-oeste) por nota da avaliação do triênio 2007-2009;

3.3.3 Unidade de Análise: programas de doutorado

3.3.3.1 Ano de criação dos cursos de doutorado, agregado segundo décadas;

3.3.3.2 Número de programas de doutorado segundo estados da federação;

3.3.3.3 Número de programas de doutorado segundo grandes regiões brasileiras (norte, nordeste, sul, sudeste, centro-oeste);

3.3.3.4 Número de programas de doutorado agregado segundo grandes regiões brasileiras (norte, nordeste, sul, sudeste, centro-oeste) e dependência administrativa;

3.3.3.5 Número de programas de doutorado segundo estados da federação por nota da avaliação do triênio 2007-2009;

3.3.3.6 Número de programas de doutorado agregado segundo grandes regiões brasileiras (norte, nordeste, sul, sudeste, centro-oeste) por nota da avaliação do triênio 2007-2009;

3.3.4 Unidade de Análise: programas de mestrado profissional

3.3.4.1 Ano de criação dos cursos de mestrado profissional, agregado segundo décadas;

3.3.4.2 Número de cursos de mestrado profissional segundo estados da federação;

3.3.4.3 Número de cursos de mestrado profissional segundo grandes regiões brasileiras (norte, nordeste, sul, sudeste, centro-oeste);

3.3.4.4 Número de programas de mestrado profissional segundo grandes regiões brasileiras (norte, nordeste, sul, sudeste, centro-oeste) e dependência administrativa;

3.3.4.5 Número de programas de mestrado profissional segundo estados da federação por nota da avaliação do triênio 2007-2009;

3.3.4.6 Número de programas de mestrado profissional agregado segundo grandes regiões brasileiras (norte, nordeste, sul, sudeste, centro-oeste) por nota da avaliação do triênio 2007-2009;

3.3.5 Unidade de Análise: programas de mestrado e doutorado

3.3.4.1 Número de programas de mestrado e doutorado segundo estados da federação;

3.3.4.2 Número de programas de mestrado e doutorado segundo grandes regiões brasileiras (norte, nordeste, sul, sudeste, centro-oeste);

3.3.4.3 Número de programas de mestrado e doutorado segundo grandes regiões brasileiras (norte, nordeste, sul, sudeste, centro-oeste) e dependência administrativa;

3.3.4.4 Número de programas de mestrado e doutorado segundo estados da federação por nota da avaliação do triênio 2007-2009;

3.3.4.5 Número de programas de mestrado e doutorado agregado segundo grandes regiões brasileiras (norte, nordeste, sul, sudeste, centro-oeste) por nota da avaliação do triênio 2007-2009;

3.3.6 Unidade de análise: avaliação dos programas por IES

3.3.6.1 Proposta do Programa, segundo conceito CAPES para o triênio 2007-2009;

3.3.6.2 Corpo Docente, segundo conceito CAPES para o triênio 2007-2009;

3.3.6.3 Corpo Discente, segundo conceito CAPES para o triênio 2007-2009;

3.3.6.4 Teses e Dissertações, segundo conceito CAPES para o triênio 2007-2009;

3.3.6.5 Produção Intelectual, segundo conceito CAPES para o triênio 2007-2009;

3.3.6.6 Inserção Social, segundo conceito CAPES para o triênio 2007-2009;

3.3.6.7 Atribuição de Notas 6 ou 7, segundo conceito CAPES para o triênio 2007-2009;

3.3.7 Resultados obtidos

As tabulações e as análises derivadas permitiram compor um quadro atual – apresentado no Capítulo 4 - dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração no Brasil, em especial, no que tange aos seguintes aspectos:

- Identificação e análise de quantos e quais são os programas ativos existentes e em funcionamento atualmente no Brasil;
- Identificação e análise da distribuição regional desses programas e o vínculo administrativo das instituições que os mantêm;
- Identificação e análise sobre a situação atual desses programas, segundo os indicadores do sistema de avaliação da CAPES para o triênio 2007-2010
- Identificação e análise sobre quais são os programas com as notas mais baixas e as notas mais altas

- Identificação e análise sobre quais são os critérios com os conceitos/notas mais baixas³ e os conceitos/notas mais altas, com base nas “fichas de avaliação”;
- Identificação e análise sobre qual o conceito/nota mais recorrente nos programas e sobre suas características, com base nas “fichas de avaliação”.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir de uma planilha, feita com as informações contidas nas “Fichas de Avaliação” da CAPES, foi possível gerar algumas análises e tabulações. Essa planilha encontra-se no Apêndice A, e nela há informações de quais são as Instituições de Ensino Superior que oferecem Programas de Pós-Graduação *Stricto-Sensu*, quais são os programas oferecidos, em que estado estão localizados. Além disso, encontram-se também os tipos de programa (mestrado e doutorado, mestrado, doutorado ou mestrado profissional), a dependência administrativa, as notas e os conceitos.

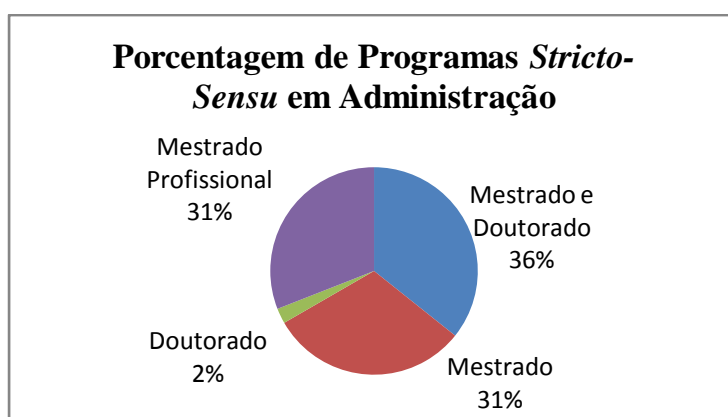


Gráfico 1: Porcentagem de Programas *Stricto-Sensu* em Administração

De um total de 84 programas de pós-graduação *stricto-sensu* em administração, 30 são programas de mestrado e doutorado, o que representa 36%; 26 são programas de mestrado (31%); 2 programas de doutorado (2%); e 26 são programas de mestrado profissional (31%).

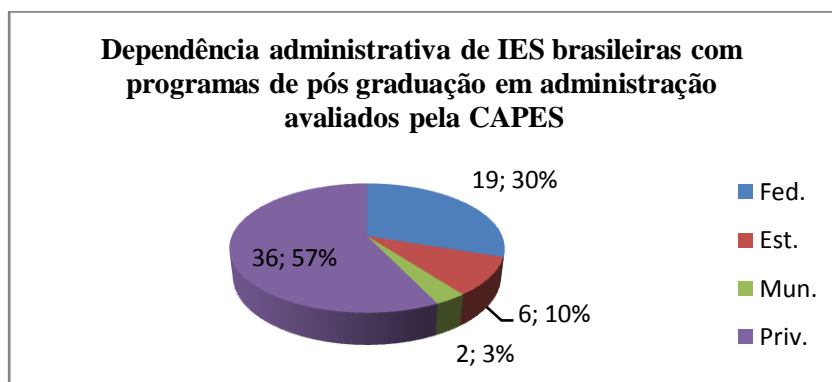


Gráfico 2: Dependência administrativa de IES brasileiras com programas de pós graduação em administração avaliados pela CAPES

O gráfico 2 apresenta a dependência administrativa de IES brasileiras com programas de pós graduação em administração avaliados pela CAPES. Observa-se que de um total de 63 Instituições, 36 (ou 57% do total) são privadas, 19 instituições (ou 30% do total) são federais, 6 instituições (ou 10% do total) são estaduais e 2 instituições (ou 3% do total) são municipais.

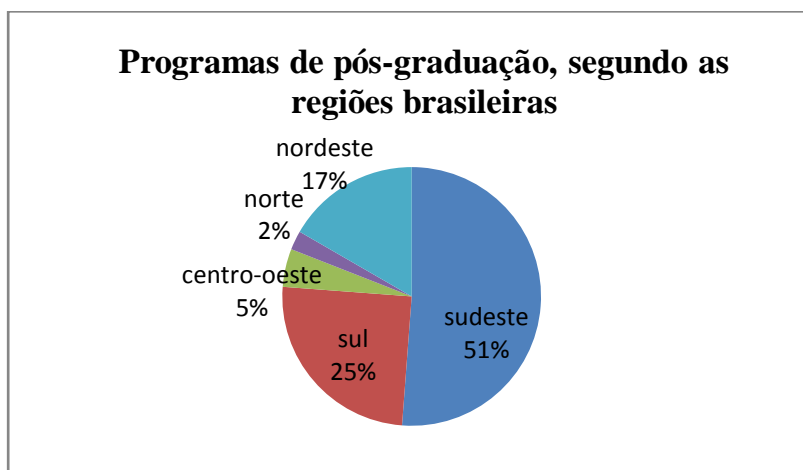


Gráfico 3: Programas de pós-graduação, segundo as regiões brasileiras

A partir do gráfico 3, percebe-se que há concentração dos programas de pós-graduação *stricto-sensu* em administração na região sudeste. Dos 84 programas, 43 programas se encontram nessa região, o que configura 51%. Na região sul, há 21 programas (25%); na região centro-oeste verifica a presença de 4 programas (5%); na região nordeste, 14 programas (17%); e na região norte há apenas 2 programas (2%).

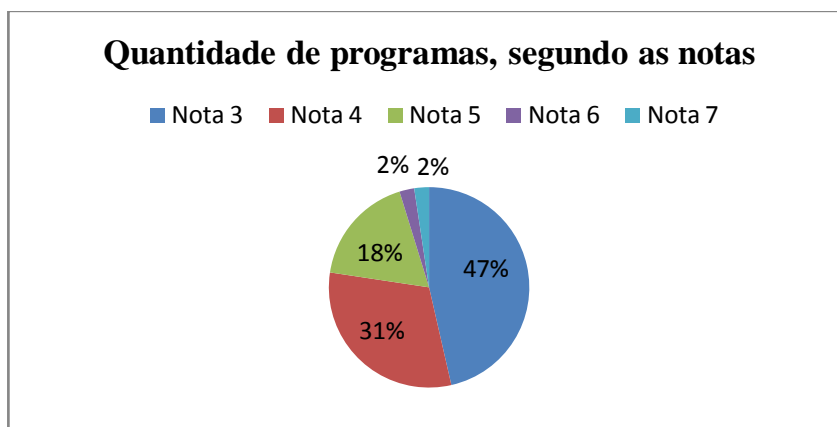


Gráfico 4: Quantidade de programas, segundo as notas.

Através do gráfico 4, percebe-se que a maioria dos programas apresenta nota 3. Dos 84 programas, 39 apresentam nota 3, o que corresponde a 47%. 26 programas apresentam a nota 4 (31%); 15 programas apresentam a nota 5 (18%); 2 programas tiveram nota 6 e dois tiveram nota 7, representando 2% cada.

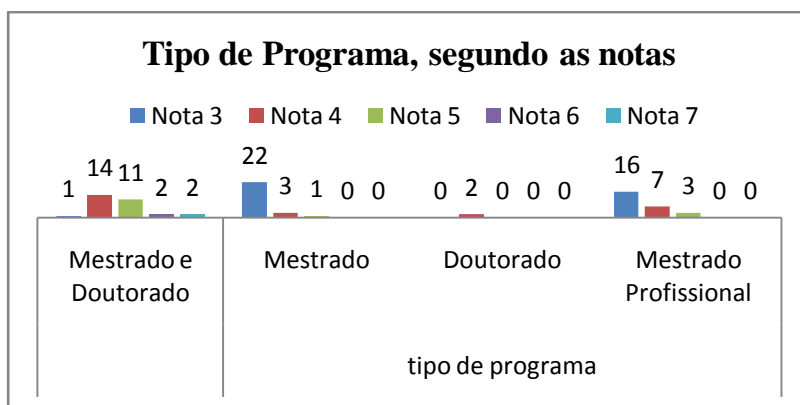


Gráfico 5: Tipo de Programa, segundo as notas.

É possível observar a partir do gráfico 5, que os programas de mestrado e doutorado apresentam 46% de notas 4, seguido de 37% de notas 5. As notas 6 e 7 representam 7% cada, e a nota 3 aparece em menor quantidade, sendo apresentada apenas em 3% do total das notas.

O programa de mestrado apresenta 85% de notas 3, 11% de notas 4 e 4% de notas 5. Já nos dois programas de doutorado, observou-se que a nota 4 prevaleceu. Por fim, o programa de mestrado profissional teve 62% de notas 3, 27% de notas 4 e 11% de notas 5.

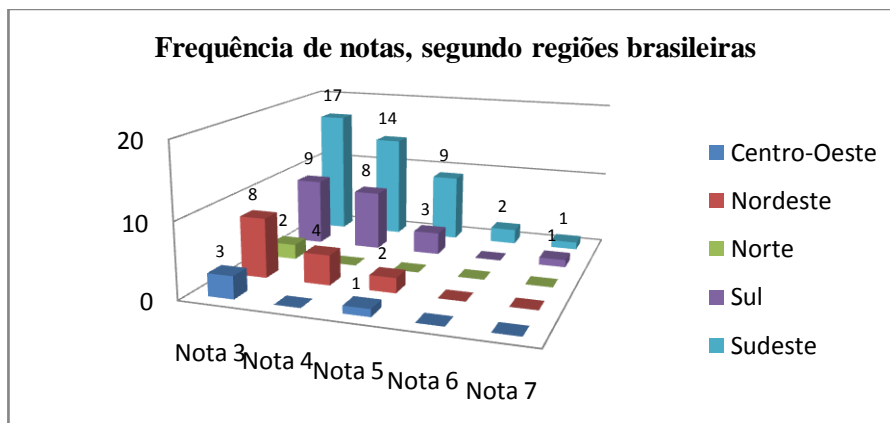


Gráfico 6: Frequência de notas, segundo regiões brasileiras

Tomando-se como objeto de análise as cinco macro regiões brasileiras, iniciando-se pela região **Centro-Oeste**, observa-se que, de um total de 4 programas de pós-graduação em administração avaliados pela CAPES (o que corresponde a 5% do total de programas de pós-graduação do País), três deles (ou 75%) apresentam nota 3 e um (ou 25%) nota 5. A região **Nordeste**, com um total de 14 programas de pós-graduação (ou 18% do total do País), 8 deles (ou 57%) apresentam nota 3, 4 programas (ou 29%) detém nota 4 e 2 (ou 14%) nota 5. Por sua vez, a região **Norte**, conta com 2 programas de pós-graduação no total (ou 2% do País), sendo que ambos detém nota 3. A região **Sul**, com um total de 21 programas de pós-graduação (o que corresponde a 25% do País), apresenta a seguinte distribuição: 9 programas (ou 43%) com nota 3, 8 (ou 38%) com nota 4, 3 (ou 14%) com nota 5 e 1 (ou 5%) com a nota máxima 7. Por último, a região **Sudeste**, com seus 43 programas de pós-graduação (ou 51% do total de programas de pós-graduação do País), conta com 17 programas (ou 40%) com nota 3, 14 (ou 33%) com nota 4, 9 programas (ou 21%) com nota 5, 2 programas (ou 5%) com nota 6 e 1 programa (ou 2%) com a nota máxima 7.

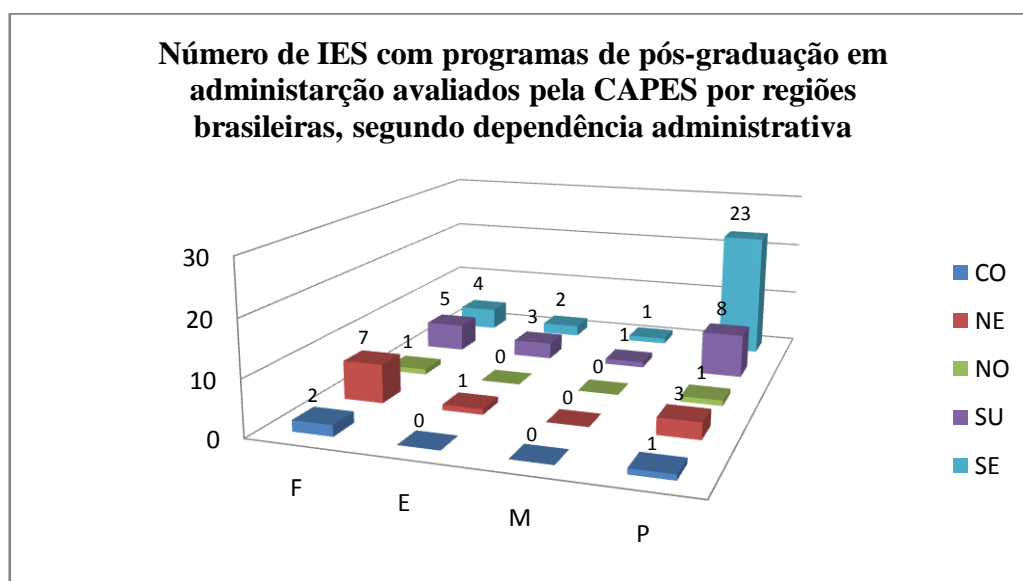


Gráfico 7: Número de IES com programas de pós-graduação em administração avaliados pela CAPES por regiões brasileiras, segundo dependência administrativa

Tomando-se como referência para a análise as 63 IES com programas de pós-graduação em administração avaliados pela CAPES, distribuídas entre as cinco macro regiões brasileiras, segundo dependência administrativa, verifica-se que a região **Centro-Oeste** conta com duas IES federais e uma IES particular. A região **Nordeste**

conta com sete IES federais (o que representa 64% do total de IES da região), uma estadual (ou 9% do total de IES da região) e três privadas (ou 27%). Já, a região **Norte** conta com uma IES federal (ou 50%) e uma privada (50%). A região **Sul** conta com cinco IES federais (ou 29% do total de IES da região), três estaduais (ou 18%), uma municipal (ou 6%) e oito privadas (ou 47%). Por sua vez, a região **Sudeste** conta com quatro IES federais (ou 13% do total de IES da região), duas estaduais (ou 7%), uma municipal e 23 IES privadas (ou 77% do total de IES da região). Assim, proporcionalmente, a região Sudeste é a que conta com o maior número de instituições privadas (77%) dentre as cinco regiões brasileiras.

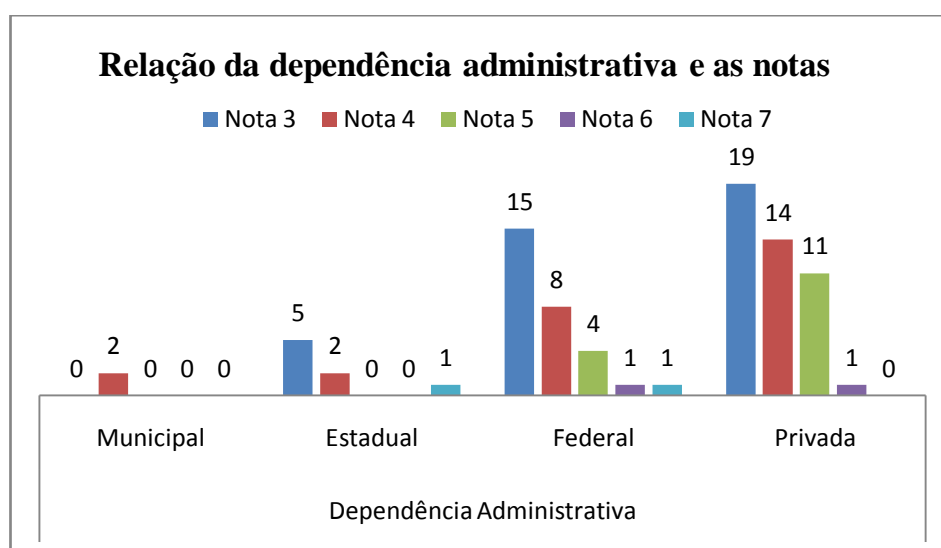


Gráfico 8: Relação da dependência administrativa e as notas

A partir do gráfico 8, nota-se que a nota 3 prevalece nas dependências estaduais, federais e privadas. A dependência municipal obteve apenas nota 4. Nas Instituições estaduais as notas 3 prevaleceram com 62,5%; 25% de notas 4 e 12,5% de notas 7. Já nas Instituições Federais, a porcentagem de nota 3 foi de 52%; 27% de notas 4; 14% de notas 5 e as notas 6 e 7 contaram com 3,5% cada.

Os programas de Instituições privadas tiveram 42% de notas 3; 31% de notas 4; 25% de notas 5; e 2% de notas 6.

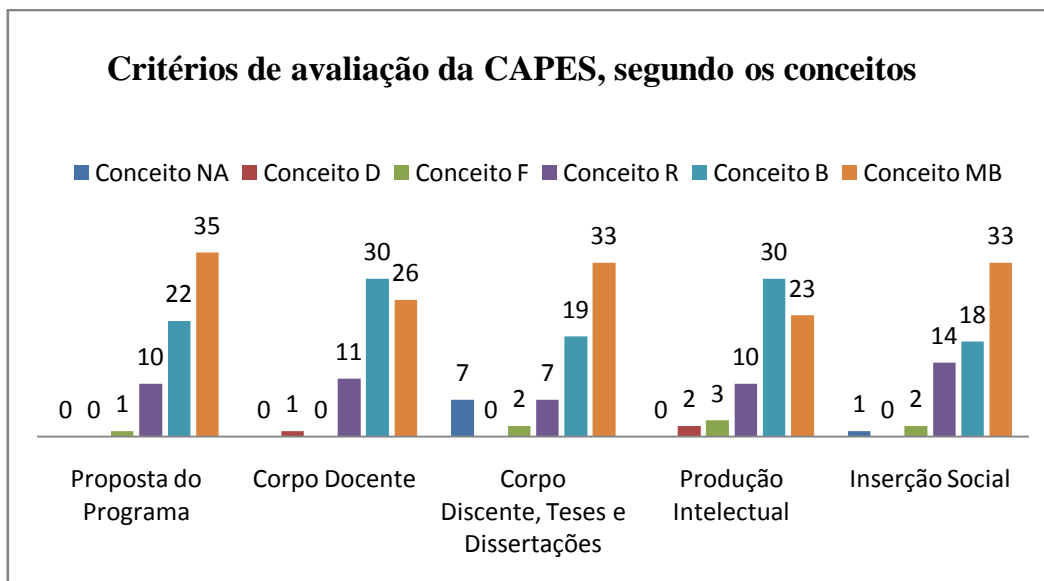


Gráfico 9: Critérios de avaliação da CAPES, segundo os conceitos

O gráfico 9 mostra a relação dos Critérios e Conceitos. A partir dessa relação, percebe-se que o critério Proposta do Programa obteve em maior quantidade o conceito MB. O critério Corpo Docente se destacou com o conceito B. O critério Corpo Discente, Teses e Dissertações obteve MB em maior quantidade. O critério Produção Intelectual teve o conceito B em maior quantidade. E por fim, o critério Inserção Social se destacou com o conceito MB.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pós-graduação no Brasil vem crescendo em quantidade e qualidade, sendo que a atuação da CAPES, por meio de suas políticas, práticas e aplicação do seu sistema de avaliação, tem influenciado fortemente esse crescimento. A análise das informações coletadas teve o intuito de compor um quadro atual dos programas de pós-graduação *stricto-sensu* em administração, segundo o sistema de avaliação da CAPES.

Foi possível identificar 84 programas de pós-graduação *stricto-sensu* em administração, sendo que 36% abarcam mestrado e doutorado, 31% somente mestrado, 31% mestrado profissional e 2% somente doutorado. Apesar de o mestrado profissional ter surgido recentemente, percebe-se que houve um rápido crescimento. O mestrado profissional difere-se do mestrado acadêmico devido à união de conhecimentos acadêmicos e aplicabilidade profissional.

Ao todo, são 63 Instituições de Ensino Superior que oferecem os 84 programas de pós-graduação *stricto-sensu* em administração. Dessas Instituições, 57% são privadas, e 43% estão vinculadas aos diversos níveis de governo (30% federais; 10% estaduais e 3% municipais). Além disso, há uma concentração desses programas na região Sudeste, ou seja, 51% estão localizados nessa região. A região Norte é a que apresenta a menor representação relativa, com 2% dos programas. Se considerarmos os programas exclusivamente com nível de doutorado, o eixo Sul-Sudeste concentra 100% dessa categoria.

Outro ponto destacado é a relação dos tipos de dependências administrativas e as notas. Analisando a porcentagem de notas em cada tipo de Instituição, observa-se que a dependência privada obtêm as melhores notas, apresentando a nota 3 em menor frequência, se comparado as dependências estaduais e federais. Porém, foram somente essas duas últimas categorias de dependências que conseguiram obter a nota 7 em seus programas.

Levando em consideração o Sistema de Avaliação da CAPES, foi possível relacionar alguns aspectos tais como a relação entre os programas e as notas obtidas na avaliação. A nota de maior prevalência foi a nota 3, isso demonstra que os programas precisam aperfeiçoar muitos quesitos e investir no desenvolvimento de outros.

Porém, para entender como funciona a avaliação, é preciso analisar não somente os critérios principais, mas os itens e subitens, pois os quatro tipos de programas

estudados obtiveram conceito MB em três critérios (Proposta do Programa; Corpo docente, teses e dissertações; e Inserção Social) e conceito B em dois critérios (Corpo Docente e Produção intelectual). O peso desses critérios varia, conforme mencionado anteriormente, mas, mesmo assim, surgiu uma questão: Como é possível obter conceito MB e B em maior frequência, e apenas quatro programas (UFMG, FGV/SP, USP, UFRGS) terem obtido notas 6 e 7? Cabe destaque para o fato de que a nota prevalecente é 3, mas nos critérios, os conceitos MB e B prevalecem. Uma possível explicação para tal discrepância pode estar na análise mais detalhada dos itens, subitens, e o peso relativo de cada um, e a avaliação feita pela Comissão e pelo Conselho Técnico Científico.

Outras análises que podem ser feitas são que determinados critérios e atitudes influenciam os resultados. De acordo com Maccari (2005), a estrutura de pesquisa e a sistemática adotada pela IES influenciam no critério produção intelectual. Já o critério corpo docente influencia diretamente o desempenho de outros quesitos.

As notas 7 foram representadas pelos programas de mestrado e doutorado em administração nas seguintes universidades: USP e UFRGS. Já as notas 6 foram representadas pelo programa de mestrado e doutorado de administração da UFMG e pelo programa de mestrado e doutorado de administração de empresas da FGV/SP.

Há muitas análises e desafios que envolvem o Sistema de avaliação da CAPES e os programas analisados.

5.1 LIMITAÇÕES DO TRABALHO

Como limitações do trabalho pode-se destacar que, dos 84 programas, apenas 68 programas foram analisados a partir dos critérios e conceitos, pois os outros 14 programas não possuem análises e avaliações no site da CAPES. Além disso, foi utilizado apenas o Sistema da CAPES como instrumento de avaliação dos programas.

As limitações desta pesquisa apontam para perspectivas de novos trabalhos. Há uma necessidade de maior discussão sobre a avaliação da pós-graduação no Brasil, em especial relacionada aos programas afetos à administração, e aos critérios utilizados pela CAPES.

5.2 DESENVOLVIMENTOS FUTUROS

Como sugestão de pesquisa futura, recomenda-se a realização de estudos e pesquisas nos itens e subitens da avaliação, além de considerar a avaliação qualitativa, entendendo como é seu funcionamento e importância para os resultados.

É possível, também, analisar outros instrumentos de avaliação e identificar se há diferenciação dos métodos de avaliação e dos resultados em função dos programas (Geografia, Psicologia, Direito, Economia, etc).

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANPAD. **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração.**

Disponível em: <<http://www.anpad.org.br>>. Acesso em 17 de mai. 2012.

AZEVEDO, I.B. **O prazer da produção científica: diretrizes para a elaboração de trabalhos acadêmicos.** Piracicaba: Editora UNIMEP, 1996.

BALBACHEVSKY, E. **A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida.** In: BROCK, C.; SCHWARTZMAN, S. Os desafios da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

CAPES. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.** Portaria n. 068, de 3 de agosto de 2004. Disponível em:

<<http://www.capes.gov.br/avaliacao/coleta-de-dados>>. Acesso em: 05 de maio de 2012.

CAPES. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.** Critérios gerais de avaliação de programas de pós-graduação em Administração, Contabilidade e Turismo, 2002. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em 03 maio 2012.

CAPES. **Avaliação da Pós-Graduação.** Disponível em:

<<http://www.capes.gov.br/avaliacao/avaliacao-da-pos-graduacao>>. Acesso em: 22 de mar.2012a.

CAPES. **Mestrados e Doutorados reconhecidos.** Disponível em:

<<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarArea&codigoGrandeArea=60000007&descricaoGrandeArea=CI%20CANCIAIS+SOCIAIS+APLICADAS+>>. Acesso em 06 de maio de 2012b.

CAPES. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010.** Documento síntese, versão preliminar. Brasil: Capes, 2004.

CAPES. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011 – 2020.** Volume I, Brasília, dezembro 2010.

CAPES. **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPg 2011-2020**. Disponível em: <<http://capes.gov.br/sobre-a-capes/plano-nacional-de-pos-graduacao>>. Acesso em 17 de maio de 2012c.

CERVO, A.L. & BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2002, 242p.

CUNHA, J. V. A.; CORNACHIONE, E. B. J.; MARTINS, G. A. Pós-Graduação: o curso de doutorado em ciências contábeis da FEA/USP. **Revista Cont. Fin.** USP, São Paulo, v. 19, n. 48, p. 6- 26, set/dez 2008.

DUTRA, M. L. D. S. et al. **A pós-graduação e sua contribuição para a formação profissional dos administradores**. VI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia - SEGET. Resende (RJ): Associação Educacional Dom Bosco: 15 p. 2009.

FORTE, S. H. A. C.; **Manual de elaboração de Tese, Dissertação e Monografia**. Fundação Edson Queiroz. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2004.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175p.

GOMES, F.P.; ARAÚJO, R.M. **Pesquisa quanti-qualitativa em administração: uma visão holística do objeto em estudo**. In: Seminários de Administração (SemeAd), 8, 2005, São Paulo. Anais. São Paulo: USP, 2005. 11p.

GUIMARÃES, T. A. et al. A rede de programa de pós-graduação em administração no Brasil: Análise de relações acadêmicas e atributos de programas. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 13, n.4, art. 3, p. 564-582, out/dez 2009.

IKEDA, A. A.; CAMPOMAR, M. C.; OLIVEIRA, T. M. V. A Pós-Graduação em Administração no Brasil: definições e esclarecimentos. **Revista Gestão e Planejamento**. Ano 6, n.12, Salvador, p. 33-41, jul/dez 2005.

LAKATOS, E.M; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 315p.

LAKATOS, E.M; MARCONI, M.A. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992. 214p.

LEITE, M. F. B. et al. **Análise dos programas de pós-graduação em administração reconhecidos pela Capes: Uma abordagem multivariada por análise de cluster**. FACEF Pesquisa, v. 10, n. 1, p. 20-34, 2007.

MACCARI, E. A. **Organização da Estrutura de um Programa de Pós-Graduação segundo critérios CAPES**. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Administração - Uninove, 2005.

MACCARI, E. A. **Contribuições à gestão dos programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em administração no Brasil com base nos sistemas de avaliação norte americano e brasileiro**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

MACCARI, E.A.; LIMA, M. C.; RICCIO, E. L. Uso do sistema de avaliação da CAPES por programas de Pós-graduação em Administração no Brasil. **Revista de Ciências da Administração**, v.11, n. 25, p. 68-96, set/dez 2009.

MACCARI, E. A. et al. A gestão dos programas de pós-graduação em administração com base no sistema de avaliação da Capes. **REGE Rev. Gest.**, São Paulo, v. 16, n. 4, dez. 2009. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-22762009000400002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 05 maio 2012.

MIRANDA, C. M. G.; ALMEIDA, A. T.; Visão multicritério da avaliação de programas de pós-graduação pela CAPES: O caso da área Engenharia III baseado nos métodos Electre II e Maut. **Revista Gestão e Produção**, Recife, v.11, n. 1, p. 51-64, jan – abr 2004.

MOREIRA, N. P. et al. **Fatores determinantes da eficiência dos programas de pós-graduação acadêmicos em Administração, Contabilidade e Turismo.** Avaliação, Campinas, Sorocaba, SP, v.16, n.1, p. 201-230, mar 2011.

MOREIRA, M. L.; VELHO, L.; **Pós-graduação no Brasil: Da concepção “Ofertista linear” para “novos modos de produção do conhecimento”. Implicações para a avaliação.** Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n.3, p. 625-645, nov 2008.

MORENO, R. et al. A Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração nas Palavras de seus Presidentes.**Revista de Administração Contemporânea**, v.1, n.1, p. 145-173, jan/abr 1997.

MOROSINI, M. C. A Pós-Graduação no Brasil: formação e desafios.**Revista Argentina de Educación Superior.** Ano 1, n. 1, Novembro, 2009.

NEVES, J.L. **Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades.** Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, v.1, nº 3, 1996. 5p.

OLIVEIRA, M. R.; ALMEIDA, J. Programas de Pós-Graduação Interdisciplinares: contexto, contradições e limites do processo de avaliação CAPES.**Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 8, n. 15, p. 37-57, mar. 2011.

PEREIRA, G.G.; **Avaliação da CAPES: abordagem quantitativa multivariada dos programas de administração.** Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo – USP, 2005.

ROMÊO, J. R. M.; ROMÊO, C. I. M.; JORGE, V. L. **Estudos de pós-graduação no Brasil.** UNESCO, IESALC. 2004

SANTOS, C.M. **Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil.**Educ. Soc., Campinas, v. 24, n. 83, p 627-641, ago. 2003.

SANTOS, A. L. F.; AZEVEDO, J. M. L. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n.42, set/dez 2009

SEVERINO, A. J.; **A avaliação no PNPG 2005-2010 e a política de pós-graduação no Brasil**. In: FERREIRA, N.S.C. (Org.). Políticas públicas e gestão da educação: polêmicas, fundamentos e análises. Brasília, DF: Líber Livro, 2006.

SILVA, E.L.; MENEZES, E.M. **Metodologia de Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2005.

STEINER, J. E.; **Qualidade e diversidade institucional na pós-graduação brasileira**. Estudos avançados 19 (54), p.341- 365, 2005.

APÊNDICE A– DADOS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO-SENSU EM ADMINISTRAÇÃO

IES	PROGRAMA	UF	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	TIPO DE PROGRAMA			NOTA	CONCEITO/NOTA CA					
				MESTRADO	DOUTORADO	PROFISSIONAL		PROPOSTA DO PROGRAMA	CORPO DOCENTE	CORPO DISCENTE, TESES E DISSERTAÇÕES	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	INSERÇÃO SOCIAL	ATRIBUIÇÃO DE NOTAS 6 OU 7
PESO								0	20	35	35	10	0
UFBA	ADM	BA	Federal	X	X		5	MB	B	MB	B	MB	
UFBA	ADM	BA	Federal			X	4	MB	B	B	B	B	
UFF	ADM	RJ	Federal	X			3						
UNIMEP	ADM	SP	Particular		X		4						
UNIFACS	ADM	BA	Particular	X			3	MB	R	R	R	MB	
UECE	ADM	CE	Estadual	X			3	B	MB	MB	R	B	
UNB	ADM	DF	Federal	X	X		5	MB	MB	MB	MB	MB	
UNB	ADM	DF	Federal			X	3	B	MB	NA	B	R	
UFES	ADM	ES	Federal	X			3	B	R	MB	R	B	

ALFA	ADM	GO	Particular			X	3						
UFMG	ADM	MG	Federal	X	X		6	MB	MB	MB	MB	MB	MB
UFV	ADM	MG	Federal	X			3	B	R	MB	B	R	
UFLA	ADM	MG	Federal	X	X		4	MB	MB	MB	B	MB	
UFU	ADM	MG	Federal	X			3	B	B	MB	R	B	
PUC/MG	ADM	MG	Particular			X	5	MB	MB	B	MB	MB	
PUC/MG	ADM	MG	Particular	X	X		4	MB	MB	B	MB	MB	
UNA	ADM	MG	Particular			X	3						
FUMEC	ADM	MG	Particular	X	X		3	B	R	B	B	F	
FEAD	ADM	MG	Particular			X	3	R	R	R	R	R	
FPL	ADM	MG	Particular			X	3	R	B	F	R	B	
FNH	ADM	MG	Particular	X			3	B	R	B	B	R	
UFMS	ADM	MS	Federal	X			3	R	B	NA	B	R	
UNAMA	ADM	PA	Particular	X			3	R	B	NA	F	R	
UFPB/JP	ADM	PB	Federal	X	X		4	B	B	B	B	B	
UFPE	ADM	PE	Federal	X	X		5	MB	MB	MB	MB	MB	MB
UFPE	ADM	PE	Federal			X	3						
UFPR	ADM	PR	Federal	X	X		4	MB	MB	MB	B	MB	

UEL	ADM	PR	Estadual	X			3						
PUC/PR	ADM	PR	Particular	X	X		5	MB	B	MB	MB	MB	
UEM	ADM	PR	Estadual	X			3						
UP	ADM	PR	Particular	X	X		4	MB	B	B	B	B	
UFRJ	ADM	RJ	Federal	X	X		5	MB	MB	MB	MB	MB	
FGV/RJ	ADM	RJ	Particular	X	X		5	MB	MB	MB	MB	MB	
FGV/RJ	ADM	RJ	Particular			X	4	F	B	B	MB	R	
FGV/RJ	ADM	RJ	Particular			X	4						
IBMEC	ADM	RJ	Particular			X	4	MB	MB	MB	B	B	
UNIGRANRIO	ADM	RJ	Particular	X			4	B	B	B	B	R	
UFRN	ADM	RN	Federal	X	X		4	MB	B	B	B	MB	
UNP	ADM	RN	Particular			X	3	R	B	R	F	R	
UNIR	ADM	RO	Federal	X			3	R	B	B	D	F	
UFRGS	ADM	RS	Federal	X	X		7	MB	MB	MB	MB	MB	MB
UFRGS	ADM	RS	Federal			X	4	MB	B	R	B	MB	
UFSM	ADM	RS	Federal	X	X		4	B	B	MB	B	MB	
UFMS	ADM	RS	Federal			X	3						
UNISINOS	ADM	RS	Particular	X	X		5	MB	MB	MB	MB	MB	

UCS	ADM	RS	Particular	X			3	B	R	MB	R	B	
UNISC	ADM	RS	Particular			X	3						
UFSC	ADM	SC	Federal	X	X		4	B	B	MB	B	B	
UDESC	ADM	SC	Estadual			X	3	B	R	B	R	R	
UDESC	ADM	SC	Estadual	X			3						
UNIVALI	ADM	SC	Particular	X	X		4	B	B	B	B	MB	
FURB	ADM	SC	Municipal	X			4	R	B	MB	MB	MB	
UNISUL	ADM	SC	Particular	X			3	B	B	R	B	R	
FUFSE	ADM	SE	Federal	X			3						
USP	ADM	SP	Estadual	X	X		7	MB	MB	MB	MB	MB	MB
PUC/SP	ADM	SP	Particular	X	X		4	MB	MB	B	MB	B	
UNIMEP	ADM	SP	Particular			X	4	B	B	B	B	B	
UMESP	ADM	SP	Particular	X			3	R	D	F	D	R	
FEI	ADM	SP	Particular	X	X		4	B	MB	B	B	B	
UNIP	ADM	SP	Particular	X			3	B	R	B	R	R	
UNINOVE	ADM	SP	Particular	X	X		5	MB	MB	MB	MB	MB	
UNIFECAP	ADM	SP	Particular			X	3						
USCS	ADM	SP	Municipal	X	X		4	MB	B	MB	B	B	

INSPER	ADM	SP	Particular			X	3	MB	B	NA	B	MB	
ESPM	ADM	SP	Particular	X			3						
FACCAMP	ADM DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	SP	Particular			X	3	R	B	NA	R	NA	
UNIFOR	ADM DE EMPRESAS	CE	Particular	X	X		4	B	B	MB	B	B	
FUCAPE	ADM DE EMPRESAS	ES	Particular	X			3	B	R	R	B	MB	
PUC/RIO	ADM DE EMPRESAS	RJ	Particular	X	X		5	B	B	MB	MB	MB	
PUC/RIO	ADM DE EMPRESAS	RJ	Particular			X	5	MB	B	B	MB	MB	
FGV/SP	ADM DE EMPRESAS	SP	Particular	X	X		6	MB	MB	MB	MB	MB	MB
FGV/SP	ADM DE EMPRESAS	SP	Particular			X	5	MB	MB	R	MB	MB	
UPM	ADM DE EMPRESAS	SP	Particular	X	X		5	MB	MB	MB	MB	MB	
USP/RB	ADM DE ORG	SP	Estadual	X	X		4	MB	MB	MB	B	B	
UFC	ADM E	CE	Federal	X			3	R	R	NA	B	B	

	CONTROL												
UFC	ADM E CONTROL	CE	Federal			X	3	B	B	NA	B	R	
UNESA	ADM E DESENV EMPRES	RJ	Particular			X	4	MB	MB	MB	B	B	
UFRPE	ADM E DESENV RURAL	PE	Federal	X			3	MB	B	MB	F	MB	
PUC/RS	ADM E NEGÓCIOS	RS	Particular	X			5	MB	MB	MB	MB	MB	
PUC/RS	ADM E NEGÓCIOS	RS	Particular		X		4						
UFLA	ADM PÚBLICA	MG	Federal			X	3						
FJP	ADM PÚBLICA	MG	Estadual	X			4	MB	B	B	B	MB	
FGV/SP	ADM PÚBL E GOVERNO	SP	Particular	X	X		5	MB	MB	MB	MB	MB	
UFSC	ADM UNIVERS	SC	Federal			X	3	MB	MB	MB	MB	MB	

IES	NOTA COMISSÃO	Data Chancela:	NOTA CTC (Conselho Técnico Científico)	Data Chancela:
PESO				
UFBA	4	02/09/2010	4	09/09/2010
UFBA	4	02/09/2010	4	09/09/2010
UFF				
UNIMEP				
UNIFACS	3	02/09/2010	3	09/09/2010
UECE	3	02/09/2010	3	09/09/2010
UNB	5	02/09/2010	5	09/09/2010
UNB	3	02/09/2010	3	09/09/2010
UFES	3	02/09/2010	3	09/09/2010
ALFA				
UFMG	6	02/09/2010	5	09/09/2010
UFV	3	02/09/2010	3	09/09/2010

UFLA	4	02/09/2010	4	09/09/2010
UFU	3	02/09/2010	3	09/09/2010
PUC/MG	5	02/09/2010	5	09/09/2010
PUC/MG	4	02/09/2010	4	09/09/2010
UNA				
FUMEC	3	02/09/2010	3	09/09/2010
FEAD	3	02/09/2010	3	09/09/2010
FPL	3	02/09/2010	3	09/09/2010
FNH	3	02/09/2010	3	09/09/2010
UFMS	3	02/09/2010	3	09/09/2010
UNAMA	3	02/09/2010	3	09/09/2010
UFPB/JP	4	02/09/2010	4	09/09/2010
UFPE	6	02/09/2010	5	09/09/2010
UFPE				
UFPR	4	02/09/2010	4	09/09/2010
UEL				
PUC/PR	5	02/09/2010	5	09/09/2010
UEM				

UP	4			
UFRJ	5	02/09/2010	5	09/09/2010
FGV/RJ	5	02/09/2010	5	09/09/2010
FGV/RJ	4	02/09/2010	4	09/09/2010
FGV/RJ				
IBMEC	4	02/09/2010	4	09/09/2010
UNIGRANRIO	4	02/09/2010	4	09/09/2010
UFRN	4	02/09/2010	4	09/09/2010
UNP	3	02/09/2010	3	09/09/2010
UNIR	3	02/09/2010	3	09/09/2010
UFRGS	7	02/09/2010	7	19/11/2010
UFRGS	4	02/09/2010	4	09/09/2010
UFSM	4	02/09/2010	4	09/09/2010
UFMS				
UNISINOS	5	02/09/2010	5	09/09/2010
UCS	3	02/09/2010	3	09/09/2010
UNISC				
UFSC	4	02/09/2010	4	09/09/2010

UDESC	3	02/09/2010	3	09/09/2010
UDESC				
UNIVALI	4	02/09/2010	4	09/09/2010
FURB	4	02/09/2010	4	09/09/2010
UNISUL	3	02/09/2010	3	02/09/2010
FUFSE				
USP	7	02/09/2010	7	02/09/2010
PUC/SP	4	02/09/2010	4	09/09/2010
UNIMEP	4	02/09/2010	4	09/09/2010
UMESP	1	02/09/2010	1	09/09/2010
FEI	4	02/09/2010	4	02/09/2010
UNIP	3	02/09/2010	3	09/09/2010
UNINOVE	5	02/09/2010	5	02/09/2010
UNIFECAP				
USCS	4	02/09/2010	4	02/09/2010
INSPER	3	02/09/2010	3	09/09/2010
ESPM				
FACCAMP	3	02/09/2010	3	09/09/2010

UNIFOR	4	02/09/2010	4	09/09/2010
FUCAPE	3	02/09/2010	3	09/09/2010
PUC/RIO	5	02/09/2010	5	09/09/2010
PUC/RIO	5	02/09/2010	5	09/09/2010
FGV/SP	6	02/09/2010	6	09/09/2010
FGV/SP	5	02/09/2010	5	09/09/2010
UPM	5	02/09/2010	5	09/09/2010
USP/RB	4	02/09/2010	4	09/09/2010
UFC	3	02/09/2010	3	09/09/2010
UFC	3	02/09/2010	3	09/09/2010
UNESA	4	02/09/2010	4	09/09/2010
UFRPE	3	02/09/2010	3	09/09/2010
PUC/RS	5	02/09/2010	5	09/09/2010
PUC/RS				
UFLA				
FJP	4	02/09/2010	4	09/09/2010
FGV/SP	5	02/09/2010	5	09/09/2010
UFSC	5	02/09/2010	5	09/09/2010

ANEXO A - LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

